

O FOGO QUE FAZ ARDER O BRASIL

O Inpe registra o pior agosto em 12 anos: 33 mil focos de queimadas. Sem fiscalização do governo federal, pecuaristas e agricultores incendeiam a maior floresta tropical do planeta. E o presidente? "A Amazônia é nossa"

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 5 de Setembro de 2022 Nº 74

Nilma Gomes fala dos 10 anos da Lei de Cotas Raciais
O Palácio do Planalto corta dinheiro na área social e cultura
Os Bolsonaro compram 51 imóveis em dinheiro vivo
A morte de Mikhail Gorbachev, o último líder da URSS
40 anos de um álbum clássico de Alceu Valença



Está no ar a exposição virtual
**SÉRGIO BUARQUE DE
 HOLANDA: 120 ANOS**

Acesse em fpabramo.org.br/CSBH

FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

WEBSÉRIE

PERI É PERIFERIA FERIA

ASSISTA AGORA NO  [/FUNDACAOPERSEUABRAMO](https://www.youtube.com/channel/UCFUNDACAOPERSEUABRAMO)

ESTREIA SEMANAL DOS 8 EPISÓDIOS NAS QUARTAS-FEIRAS ÀS 15:00

FRIEDRICH
 EBERT
 STIFTUNG
 BRASIL

FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

AS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS
 DE 1994 E 1998

VIAGEM AO CORAÇÃO
 AS CAMPANHAS DA CIDADANIA

E OUTRA
 TENDÊNCIAS
 NA ORGANIZAÇÃO

CONSTRUÇÃO DA
 SOLIDARIEDADE
 INTERNACIONAL

2002
 ESPERANÇA

2006
 2010
 2014
 FINANÇAS
 PURO

EXPOSIÇÃO VIRTUAL
PT 42 ANOS
 a retomada da esperança

POLÍTICO E CULTURAL

PT 42 ANOS
 A RETOMADA DA ESPERANÇA

ACESSE EM fpabramo.org.br/pt42anos

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

A DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

Pelo quarto ano consecutivo, as queimadas marcam a destruição na Amazônia, abandonada pelo governo Bolsonaro, que cortou verbas e desmontou órgãos de fiscalização e controle. O número de focos de incêndio em agosto de 2022 é o pior nos últimos 12 anos. E o presidente critica os adversários e a mídia.

Página 10

ENTREVISTA. Nilma fala das conquistas de 10 anos da Lei de Cotas

Página 3

AMAZÔNIA. A morte do último índio da tribo isolada dos Tanaru

Página 12

LULA. Em visita a Manaus, ex-presidente fala em agenda verde

Página 14

MEIO AMBIENTE. G20 faz pressão por agenda climática global

Página 15

PESQUISA. Presidente não consegue converter promessas em votos

Página 16

BOLSA FAMÍLIA. PT quer turbinar ação com R\$ 150 por criança

Página 18

TESOURA. Orçamento tem cortes na saúde, educação e cultura

Páginas 20 e 21

SAÚDE. Livro mostra omissão do governo durante a pandemia

Páginas 22 e 23

FRAUDE. Clã Bolsonaro comprou 51 imóveis em dinheiro vivo

Página 24

OPINIÃO. Líder do PT cobra explicações públicas do presidente

Página 25

ARGENTINA. Cristina Kirchner é alvo de um atentado por brasileiro

Páginas 26

OBITUÁRIO. A morte de Mikhail Gorbachev, o último líder da URSS

Página 28

EUA. Biden acusa Trump de tramar contra a democracia

Página 29

HISTÓRIA. A ditadura usa discurso para baixar AI-5 em 1968

Página 30

LITERATURA. Um retrato da elite paulista do século passado

Página 32

MÚSICA. Os 40 anos do álbum 'Cavalo de Pau', de Alceu Valença

Página 34

CARTA AO LEITOR

A revista *Focus Brasil* vem mostrando um pouco do Brasil e do mundo desde que nasceu em 15 de março de 2021. Na sua primeira edição, saudávamos a volta à luta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que regressava ao cenário político brasileiro, depois que o Supremo Tribunal Federal restituiu seus direitos políticos. Lula estava livre e se dirigiu à Nação para pedir que as pessoas se vacinassem contra o coronavírus. O país havia perdido 270 mil vidas durante a pandemia.

De lá para cá, muita coisa mudou. Para pior. O cenário de terra arrasada, que já era uma marca pesada percebida pela imprensa mundial desde que o ex-capitão do Exército assumiu a Presidência, se tornou um fardo duro que pesa sobre o sofrido povo brasileiro.

Hoje, o país contabiliza agora mais de 680 mil mortes e enfrenta uma tragédia social como se estivéssemos no início do século 20. Pobreza, miséria e fome aumentaram, alcançando milhões de crianças e chefes de família. Os postos de trabalho evaporaram, graças à reforma trabalhista executada pelos governos Temer e Bolsonaro.

O país é o retrato de um massacre. São nada menos do que 33 milhões de brasileiros passando fome, outros 40 milhões vivendo na informalidade, sem carteira assinada, e nada menos do que 63 milhões de pessoas mergulhados na pobreza. Em apenas dois anos – entre 2019 e 2021 – o governo Bolsonaro conseguiu jogar nada menos do que 9,6 milhões de pessoas na miséria.

É neste cenário que o Brasil está passando pela sua mais importante campanha presidencial. Em 30 dias, os brasileiros irão às urnas para definir o destino da Nação. Ou voltamos a nos erguer como povo, um dos mais criativos e expressivos do mundo, distribuindo renda e promovendo Justiça Social, ou continuaremos atolados na barbárie representada pelo governo Bolsonaro.

É claro que a disputa entre Lula e Bolsonaro é a mais importante da nossa história. Nunca o campo popular enfrentou um governo tão truculento, que semeia o ódio e a fome como resultado de uma política deliberadamente nociva aos interesses do povo. É por isso que Lula será reeleito presidente da República pela terceira vez, para mostrar que a esperança não pode ser enterrada pelo negacionismo.

Nos próximos 30 dias, é a hora de fazer a história acontecer. E estaremos de volta depois das eleições. Lula, lá!

“É PRECISO AVANÇAR MAIS NAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS”

Ex-ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos no governo Dilma, a pedagoga denuncia que os retrocessos ocorridos na educação brasileira são resultado direto da política de destruição do Estado implementada por Bolsonaro. Ela avalia que as políticas afirmativas implantadas pelo governo do PT sofreram danos depois do Golpe de 2016, mas a esperança agora é de reconstrução em um novo governo Lula

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes foi a primeira negra a assumir a reitoria de uma universidade federal no Brasil. Pesquisadora acadêmica e coordenadora do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Igualdade Racial, vinculado à Fundação Perseu Abramo (FPA), Nilma apresenta uma leitura sobre a situação da Lei de Cotas depois de 10 anos em vigor.

O texto prevê uma avaliação depois desse período, mas parlamentares de direita vêm criando um clima para a possibilidade de

acabar com as cotas raciais. “Isso seria um erro muito grave”, diz Nilma. Ela pondera que o país necessita de incremento das políticas afirmativas e, se a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva se concretizar, será necessário reestruturar os mecanismos de acompanhamento e avaliação dessas políticas, que foram esvaziadas pelo governo Bolsonaro. A seguir, leia os principais trechos da entrevista:

Focus Brasil – A Lei de Cotas completou 10 anos e, conforme previsto, precisa passar por uma reavaliação. Ainda há uma campanha contra a Lei de Cotas para revogá-la. A senhora acredita em algum risco de

retrocesso?

– Temos dois projetos interessantes na Câmara. O PL 5384/2020, da deputada Maria do Rosário (PT-RS) torna permanente a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. E temos também o PL 3.422/2021, da Benedita da Silva (PT-RJ) juntamente com o Carlos Zarattini (PT-SP) e Valmir Assunção (PT-BA), que em caráter de urgência na Câmara dos Deputados desde o fim de 2021. São os dois projetos mais avançados e que estão sob a coordenação do campo da esquerda. O 3.422/2021 tem o Bira do Pindaré (PSB-MA) como relator foi o que mais discutimos. Quase che-



gou a entrar em votação com uma alteração feita pelo relator, mas chegamos a uma conclusão, tanto o relator quanto os outros deputados e o movimento negro, que não era o melhor momento de colocarmos nada em votação em relação à Lei de Cotas, em função da própria situação política que vivemos no Brasil com um Congresso extremamente conservador e em função do processo eleitoral.

Do ponto de vista do andamento da discussão da Lei de Cotas, esses dois projetos colocam o campo da esquerda na liderança da condução do debate na Câmara dos Deputados... É importante citar que, também no Senado Federal, a liderança política da revisão da lei em curso está também com o campo da esquerda e, em especial, com o PT. Há o PL 4656/2020, de autoria do Paulo Paim (PT-RS), que altera a Lei 12.711/2012 e assegura a continuidade das cotas e

sua aplicação às instituições particulares de ensino.

– **Mas ainda há projetos que são um retrocesso.**

– Sim. Alguns projetos querem retirar, principalmente, o critério racial da Lei de Cotas. Vários setores da direita querem transformar a lei que atenda só ao critério socioeconômico, com ênfase na escola pública e/ou renda. O maior empenho da direita vai no sentido de uma descaracterização da Lei de Cotas, porque ela sabe que o critério racial foi o que trouxe o sentido mais emancipatório para essa legislação. Há uma disputa na sociedade que mostra uma das facetas do racismo estrutural e como ele tem impedido o direito principalmente da população negra, jovem, a continuar seus estudos, entrar no ensino superior e ter a possibilidade de se formar e atuar nos mais variados setores do

mercado de trabalho.

Isso altera totalmente o perfil da sociedade porque nós sabemos que a universidade é o espaço de formação de quadros: intelectuais, políticos, quadros profissionais das mais diversas áreas e do campo da pesquisa. A graduação é só uma porta de entrada do acesso a uma maior democratização, mas se tivermos o acesso com uma permanência digna e bem-sucedida, possibilitaremos a formação pessoas negras que atuarão no mercado de trabalho, e mais, possibilitaremos a essas pessoas a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. Já temos uma portaria, número 13/2016, que é nossa, do PT, do MEC, que trata das cotas raciais na pós-graduação e que já está sendo implementada por uma série de universidades públicas, bem como resoluções internas de universidades que também instituem

cotas raciais na pós-graduação.

Dentro da autonomia universitária e de acordo com as condições internas e as discussões políticas, as universidades podem ampliar o público das cotas na pós. E aí as universidades ampliam: cotas raciais, LGBTQIA+, pessoas com deficiência etc. Estamos em um momento de disputa ainda.

– A cota no serviço público tem sido colocada por vários intelectuais e ativistas antirracistas, como o Silvio Almeida, você, Benedita da Silva... Temos uma deficiência muito grande em relação a presença de negros e negras na cúpula do setor público, no alto comando das Forças Armadas, no Judiciário, no Ministério Público, no Itamaraty. O governo Bolsonaro não estimula. E agora existe essa pressão por parte dos chamados meritocratas de terminar com a cota no serviço público. Com Lula sendo eleito, não se pode ampliar a cota nos serviços públicos?

– Sim, acho que sim. Tem uma diferença que acho ainda mais impactante. O texto da Lei 12.711/2012 não prevê, de forma alguma, o seu término. Tanto é que houve e ainda há uma confusão na sociedade quando se fala em revisão. Setores do parlamento criaram o discurso de que a revisão significava a lei deixaria de valer depois de completados os 10 anos. E não é isso. O texto da lei não fala em término, mas em revisão – ele diz que a legislação precisa passar por um monitoramento que deveria ser feito pelo Ministério da Educação, pela SEPIR [Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial] e pela Funai [Fundação Nacional do Índio], porque as cotas são para indígenas, negros, escola pública, baixa renda. O critério racial não é o único, pelo contrário. Tem que se entender a revisão da Lei de Cotas nessa perspectiva.

A revisão significa uma avaliação para aprimorar a legislação e, não, uma avaliação para decidir se ela continua ou não.

No caso da Lei 12.990, de 2014, que trata das cotas nos concursos públicos nas instituições federais, é diferente porque o seu próprio texto diz que ela durará dez anos. Significa que o próximo governo terá que fazer não somente uma discussão em relação à porcentagem dessa legislação e sobre continuidade das cotas nos concursos

TODAS AS POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL FORAM DEIXADAS DE LADO NO GOVERNO BOLSONARO E, ALGUMAS, FORAM DESTRUÍDAS

públicos federais, uma vez que a Lei 12.990 tem previsão de término no ano de 2024. Precisaremos ter uma boa política de avaliação da implementação dessa legislação em nível nacional, nos mais diversos setores, de um debate forte e de uma boa discussão e articulação política no Congresso. E, por isso, a urgência e a necessidade dos deputados, deputadas, senadores e senadoras do PT e de outros partidos do campo da esquerda se unificarem e se organizarem em torno da discussão da continuidade da Lei 12.990 ou da

proposição de outra legislação no mesmo sentido.

Não temos o mapeamento da realidade porque todas as políticas de igualdade racial foram totalmente deixadas de lado no governo Bolsonaro e, algumas, inclusive, foram destruídas. Precisamos de uma avaliação emergencial para ver a situação em que estamos para viabilizar a reconstrução das políticas de ações afirmativas e, em especial, a continuidade da modalidade cotas, partindo das situações mais urgentes para aquelas que podem ser reorganizadas mais a médio prazo.

Acho que é isso que teremos como tarefa nesse campo da igualdade racial, com, um diálogo muito amplo com o movimento negro, intelectuais e a comunidade negra organizada para ouvi-los e aprender, tomando decisões conjuntas. Nesse período de desgoverno Bolsonaro, quem acompanhou de alguma forma o andamento das políticas de igualdade racial, ou o não andamento delas, foram as comunidades negras organizadas, grupos de pesquisa dentro das universidades, ONGs, Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negras e Negros e tudo com muito limites, pois o governo federal não fez a sua parte. Inclusive, não há orçamento para essas políticas.

A Lei 12.990 impactou muitas legislações estaduais e municipais no que diz respeito aos concursos públicos. Hoje, também não temos um mapeamento nacional de quem já implementou, qual é a variação das porcentagens. Temos ainda um outro desafio. Estou falando sobre como a Lei 12.990 tem sido implementada (ou não) nos concursos públicos para docentes e técnicos das universidades públicas e institutos federais, por exemplo. É importante saber como as vagas têm sido distribuídas para que possa ser cumprido o que a legislação determina. Te-

mos que articular conjuntamente a Lei de Cotas com a Lei 12.990.

– Quais são os resultados da Lei de Cotas no Brasil?

– Há uma pesquisa recente, que se chama “Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil, resultados e desafios futuros”, realizada pela Ação Educativa/SP, pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os resultados mostram que a inclusão do critério racial na Lei de Cotas tem sido decisiva para o acesso de estudantes negros e indígenas mais pobres no ensino superior público federal. Além disso, o perfil das universidades e institutos federais de ensino superior, após a implementação da lei, é muito mais diverso do ponto de vista socioeconômico, étnico, racial e cultural.

De um modo geral, as pesquisas mostram que o desempenho dos estudantes cotistas – um tema que é sempre considerado uma grande preocupação – tem sido igual ou melhor em determinadas áreas e cursos do que o dos estudantes não-cotistas. Ou quando existe diferença, essa é mínima. A Lei de Cotas tem transformado o campus universitário em um espaço mais diversos do que ele era, por exemplo, na década de 1990. Isso tem impactado o ensino superior e também tem impactado a assistência estudantil.

Também temos tido impactos do ponto de vista da pesquisa: as temáticas das discussões raciais, quilombolas, indígenas, de pessoas com deficiência começam a ter um outro lugar de interesse acadêmico, porque os sujeitos as que pesquisam são também aqueles que vivenciam a questão racial, indígena, quilombola, da deficiência, no seu cotidiano. Ou seja, são questões sociais, culturais e políticas e não são simplesmente

temas de pesquisas. Isso tem trazido, também, tensionamentos. Muitas vezes são os estudantes negros e negras que indagam os professores e as professoras em relação aos seus currículos dos cursos de graduação, nos quais muitas bibliografias, ainda hoje, sequer contemplam autores e autoras negras nas mais diversas áreas, principalmente, nas humanidades, nas sociais. Isso leva os cursos de graduação e pós-graduação a realizarem uma revisão curricular mais emancipatória e atualizada.

PESQUISAS MOSTRAM QUE O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES COTISTAS TEM SIDO IGUAL OU MELHOR EM DETERMINADAS ÁREAS E CURSOS

Outra dimensão que é muito importante é a convivência com a diversidade dentro do espaço acadêmico. Uma coisa é passar por uma universidade e pelos institutos federais, na sua formação ou mesmo no ensino médio técnico e federal, e conviver com pessoas negras sempre trabalhando na portaria, na faxina, terceirizadas. Não ter um professor negro, uma professora negra, não ter sequer estudantes negros, principalmente se nós estamos falando de cursos que são os chamados mais elitizados, as chamadas áreas

tradicionais. Outra coisa é você entrar numa universidade que é pública e ter na sua sala de aula estudantes que são negros e negras, que vêm das periferias, das vilas e favelas, que estão ali por direito, estudando com você naquela sala de aula, e ter professores e professoras negras. Ampliando o público das cotas, você também encontra indígenas, pessoas com deficiência. Ou seja, você tem a diversidade que existe no Brasil, de alguma forma, representada em instituições públicas de formação de novos quadros.

A convivência com o diverso, no mesmo patamar de horizontalidade, é algo que as cotas trazem e provoca um impacto muito profundo nas relações de poder da nossa sociedade. E mais, as cotas também desvelaram com muito mais força a existência do racismo nas instituições onde são aplicadas, a existência do capacitismo, dos preconceitos das mais diversas ordens, inclusive socioeconômicos, linguísticos, de diversidade sexual e possibilitaram que essas instituições fossem cobradas a inserir na sua dimensão pública o combate a todos esses fenômenos perversos coisa que, do ponto de vista institucional, a gente não tinha antes.

As universidades, os institutos que implementam as cotas - estamos falando das federais, mas também das estaduais que implementam cotas como modalidade de ação afirmativa- passaram a ter que responder institucionalmente quando esses fenômenos acontecem no seu interior e são visibilizados, denunciados. Eles já aconteciam antes, mas você não tinha a denúncia formalizada. Quando essa denúncia acontecia, no máximo ela chegava talvez a uma ouvidoria e não sei se o processo era levado até o final da forma como hoje ocorre.

As cotas também têm possibilitado para todas as pessoas perce-

berem as formas como o racismo se expressa, inclusive nas fraudes que é o que acontece quando as pessoas burlam aquilo que é uma luta, histórica do movimento negro por direitos usando de uma forma totalmente desonesta para ocupar uma vaga que não lhe é devida. Inicialmente as universidades não queriam ter que lidar com a questão das fraudes, elas se acomodavam dizendo que a auto-identificação racial já era suficiente. Universidades e institutos tiveram que mudar de posição, tiveram que entender que essa não era uma posição ideológica, mas uma decisão institucional e política. E, por isso, as comissões de verificação tiveram que ser constituídas para que a gente possa demonstrar para a sociedade a seriedade do processo de implementação das cotas. Há muitas indagações em relação às comissões de heteroidentificação, mas eu sempre chamo a atenção para uma coisa: o problema é a comissão ou é o racismo e a burla racista? A questão não está na comissão de heteroidentificação em si. A existência da comissão é que explicita o racismo e a forma como ele opera por meio de pessoas estão fraudando a política de cotas. Um exemplo: pessoas brancas lançam mão de fraudes para ocupar vagas destinadas às cotas raciais. E nós sabemos, a quem elas são destinadas, por lei. Por isso tem que ter comissão de heteroidentificação e punição aos fraudulentos.

– Lula vem falando muito que essa é a eleição em que, possivelmente, será eleito o maior número de deputados e senadores negros e indígenas. Qual é a sua perspectiva?

– Espero que tenhamos mesmo uma modificação nesse perfil étnico-racial e de gênero. Hoje temos uma discussão muito mais forte, muito mais pujante, com relação à representatividade de mulheres, a

representatividade negra no Congresso, nos espaços de decisão da sociedade brasileira, muito mais forte do que já foi em outras eleições. Do ponto de vista da questão racial, a gente tem hoje, pelo próprio TSE, a legislação sobre os recursos do fundo de financiamento eleitoral, o que possibilita, dentro dos partidos, uma redistribuição um pouco mais justa desses recursos, pensando nas candidaturas negras. Agora, eu acho que vai depender muito da ado-

NÃO BASTA APENAS TER MAIS NEGROS, MAIS MULHERES E MAIS INDÍGENAS. PRECISAMOS QUE ESSAS PESSOAS TENHAM POSTURA DEMOCRÁTICA E PROGRESSISTA

ção de uma forma justa de implementação dos recursos do fundo. Vai depender também dos partidos serem ciosos e sérios em relação às candidaturas negras, por exemplo, porque já temos visto na imprensa uma série de notícias de fraudes na identificação racial de candidatos e candidatas – de direita e de esquerda – que se passam por pardos.

Tem outro detalhe também. Eu espero que esse perfil mais diverso no Congresso traga uma diversidade acompanhada de uma postura progressista, porque

não basta apenas ter mais negros, mais mulheres e mais indígenas. Nós precisamos de mais negros, mais mulheres e mais indígenas com uma postura democrática, progressista de Estado e de sociedade e das próprias questões que representam. Veremos como vai se configurar após as eleições.

– Completaram-se seis anos do golpe contra Dilma. De lá para cá vivemos muitos retrocessos, como resultado do golpe. O quanto os retrocessos na à educação e na ciência prejudicaram o país?

– Vamos começar pelo golpe. Eu me lembro de que quando aconteceu aquela situação, falei para a presidenta Dilma que o golpe, para mim, não era só parlamentar. O golpe tem algumas características que eu já falei e repito: ele foi um golpe parlamentar, sim, mas também foi um golpe midiático, de raça, de classe, de gênero, heteronormativamente orientado, jurídico e fundamentalista religioso. Você pode fazer uma leitura de tudo que aconteceu depois desse golpe e vai encontrar essas características lá, de grupos que se articularam para promover o golpe. Aconteceu tudo o que a presidenta Dilma disse no seu último discurso: a sociedade brasileira seria afetada nas mais diversas áreas. Não era só tirar o PT, tirar Dilma... Era um projeto de uma destruição profunda do Estado Democrático de Direito e é isso que nós estamos vendo.

As universidades, nesse contexto, o campo da ciência, têm sido atacadas, desde o início desse golpe que pavimentou o caminho para extrema direita ascender ao poder naquilo que mais garante a sua sobrevivência: o orçamento. Estamos assistindo, até hoje, um ataque orçamentário para retirar as condições estruturais de funcionamento das universidades. Isso significa comprometer a pro-

dução científica nas mais diversas áreas, a permanência dos sujeitos que entraram para as universidades, para os institutos federais por meio das políticas de ações afirmativas. Então, é um ataque que vai pelos flancos, parece que não é ataque direto, mas é. Tivemos ataques que ferem, por exemplo, a autonomia da universidade de decidir seus destinos e de decidir, inclusive, os seus dirigentes e as suas dirigentes por meio da consulta pública.

Assistimos o desrespeito aos ganhadores e ganhadoras desses pleitos e que ficaram no primeiro lugar das listas tríplexes. Temos ainda um projeto de intervenção política dentro de várias universidades, desrespeitando o processo de consulta pública e o governo colocando nas reitorias pessoas alinhadas ideologicamente aos seus valores conservadores e reacionários. Estamos vivendo várias tentativas oficiais de inculcar na sociedade um clima de descrença na ciência, de negacionismo, e isso ficou muito forte durante o período da pandemia com toda a discussão sobre as vacinas, com toda a corrupção que a CPI da Covid mostrou por trás da questão das vacinas.

Tudo isso, de alguma forma, contaminou uma grande parte da sociedade brasileira no período mais forte da pandemia. O resultado é a essa descrença, o medo das pessoas de, por exemplo, completar o seu ciclo vacinal. A negação não é apenas devida aos efeitos colaterais que várias pessoas sentiram em relação à aplicação da vacina. Existe um discurso ideológico negacionista, reiteradamente repetido na sociedade e por setores da mídia, reforçado por meio das fake news associadas ao fundamentalismo religioso. O ataque afeta o campo da ciência e, com certeza, afeta a universidade como lugar de produção do conhecimento e saber científico.

E temos retrocessos no Ministério da Educação, no Ministério da Ciência e Tecnologia, que vão além do corte do orçamento para pesquisa. Há a corrupção no MEC, a ausência de uma política nacional de educação desde a educação básica até o ensino superior. Qual foi a política educacional implementada, no Brasil, ao longo desses seis anos?

Na educação básica, você pode falar: “ah, a Base Nacional Comum Curricular”. Mas de que forma essa

O GOLPE NÃO FOI SÓ CONTRA A DILMA. ISSO ABRIU UM ATAQUE DIRETO AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. E É ISSO QUE ESTAMOS VENDO HÁ 6 ANOS

base está sendo instituída? A reforma do ensino médio, com tantos contratemplos e com tantas indagações e discordâncias, e nada sendo discutido, por exemplo, com a categoria dos educadores e educadoras. O Plano Nacional de Educação e o não cumprimento de suas metas. É um projeto de destruição.

– **Como foi o encontro com Francia Márquez. Qual é a importância de ter uma mulher preta na vice-presidência da Colômbia?**

– Foi um encontro muito impactante. Tivemos um encontro de discussão política e institucional, com a presença de outras ex-ministras: Tereza Campello, Eleonora Menicucci, que eram de Desenvolvimento Social e Políticas para as Mulheres, respectivamente, e, no meu caso, Igualdade Racial. Ela queria muito ouvir a nossa experiência para pensar também como poderia ser a organização na Colômbia. Depois, houve outro encontro que foi bastante emocionante, com o movimento negro e seus representantes, coordenado pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT. Pessoas de diferentes lugares do Brasil vieram para encontrar com a Francia Márquez.

Tem uma questão forte quando você se encontra com os seus iguais. É um outro lugar de representatividade e de acolhida. Ela se emocionou, as pessoas se emocionaram e puderam falar disso que você me pergunta: que importância tem essa mulher negra? Tem muita importância porque isso significa que nós estamos dando passos, mesmo que lentos, na luta antirracista. Significa que estamos rompendo com os bloqueios raciais que as relações de poder colocam para as questões de gênero e raça, mesmo nos governos progressistas. Eu acho que existiu, ali, uma simbologia do lugar de quem é a Francia, com a toda trajetória que ela vem, de ativismo político, que associa a luta contra a desigualdade de gênero, racial, a luta ambiental, os direitos humanos. Ela reúne todas essas dimensões que são muito caras para quem luta por democracia e fala insistentemente que a economia não se define por si só, mas que para a gente fazer um desenvolvimento econômico, de fato, inclusive, você precisa considerar todas essas dimensões da diversidade também. •

DEVASTAÇÃO AMBIENTAL

O governo de Jair Bolsonaro é um retrocesso. E quebrou um novo recorde: o maior nível de destruição da Amazônia em 12 anos. Os focos de queimadas na floresta chegam a 46.022 registros em agosto, 43% em apenas dez municípios

O mês de agosto acabou com o Brasil atingindo novos recordes de destruição da Amazônia, graças à ação criminosa e pela omissão covarde do presidente Jair Bolsonaro. Os incêndios na floresta aumentaram para o ponto mais alto desde 2010, superando os ocorridos em agosto de 2019, quando o mundo se scandalizou com a devastação ocorrida nos primeiros meses da gestão do ex-capitão.

O Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) registrou 31.513 alertas de incêndio na Amazônia via satélite nos primeiros 30 dias de agosto. É o pior registro para o mês em 12 anos, quando os incêndios totalizaram 45.018 no mesmo período em 2010. A destruição ambiental na maior floresta tropical do mundo não tem precedentes. O número de queimadas é tão alto que, segundo o programa de monitoramento ambiental Copernicus, da União Europeia, está afetando a qualidade do ar na América do Sul.

No Twitter, Bolsonaro reagiu às críticas de ambientalistas e da mídia estrangeira, que fez estardalhaço com os últimos dados mostrando o alto número de incêndios e do desmatamento nas florestas brasileiras. “Nenhum desses que nos atacam possui autoridade para fazê-lo. Se queriam uma linda floresta para chamar de sua, que tivessem preservado as de seu próprio país”, escreveu. “Estamos fazendo a nossa parte”. O jornal francês Le Monde destacou: “Desde que assumiu o poder em janeiro de 2019, o desmatamento médio anual na Amazônia aumentou 75% em relação à década anterior”.

Os dados mostram uma degradação ambiental voraz e criminosa nos anos de 2020, 2021 e 2022, quando os meses de julho contabilizaram, juntos, 4.600 km²

Mauro Pimentel/AFIP



RECORDE No governo Bolsonaro, as queimadas aumentaram ano após ano

de floresta derrubada. É um número quase 160% maior do que o registrado entre 2016 e 2018, quando Michel Temer passou a ocupar o Palácio do Planalto após a derrubada de Dilma Rousseff. Naquela época, a área destruída somava 1.800 km².

Os dados de agora foram extraídos do Deter, a ferramenta do governo federal que gera alertas para evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia e no Cerrado é usada pelo Inpe. A

maioria dos alarmes para incêndios em um ano médio ocorre em agosto e setembro – a época de grandes queimadas na região, quando as chuvas diminuem e pecuaristas e agricultores incendiam áreas desmatadas para limpar o terreno e permitir o uso da terra.

Até quarta-feira, 31, os incêndios estavam 12,3% acima dos focos registrados no ano passado e cerca de 20% acima da média do mês na série de dados do Inpe desde 1998. No último dia 22, o Inpe detectou 3.358 focos de calor na região, colhendo dados pelo programa Queimadas. O número supera o que ficou conhecido como “dia do fogo”, em 10 de agosto de 2019. Naquela ocasião, produtores rurais combinaram para o mesmo período a queima de pasto e de áreas em processo de desmatamento.

A situação é alarmante e ocorre justamente quando o assunto sumiu da mídia brasileira. Apenas em julho, uma área de floresta equivalente ao tamanho da cidade de São Paulo – quase 1.500 km² – foi ao chão na Amazônia. O número é 1,5% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado, mas segue elevado, sendo o quinto pior mês entre os 84 meses que formam a

**NOS MESES
DE JULHO, NOS
ÚLTIMOS TRÊS
ANOS, A ÁREA
DESTRUÍDA NA
AMAZÔNIA FOI
DE 4.600 KM²
DE FLORESTA
DERRUBADA**

série histórica da detecção. A tímida redução neste ano está dentro da margem de erro, resultando, em empate técnico com julho de 2021.

No último dia 30, o jornal Washington Post denunciou que a Amazônia está sendo desfeita de maneira criminosa, numa combinação mortal da ação de desmatadores e pela falta de fiscalização das agências do governo federal que, paulatinamente, desde 2019 está secando o orçamento financeiro de órgãos como o Ibama, o ICMBio e a Funai.

A reportagem do Post, assinada pelo correspondente Terrence McCoy mostra que a destruição assinala um caminho sem volta para a floresta. “O apagamento violento e sem lei da Amazônia é talvez a maior história de crime ambiental do mundo”, denuncia o jornal. “Os cientistas alertam que a floresta, vista como vital para evitar o aquecimento global catastrófico, está em um ponto de inflexão. Mas no Brasil, que abriga cerca de 60% da Amazônia, quase um quinto já foi destruído. E praticamente ninguém, dizem os policiais, foi responsabilizado”.

Um levantamento aéreo feito pelo Greenpeace mostra um quadro chocante nas áreas englobando os estados do Amazonas, Acre e Rondônia, no último dia 30 de agosto. O registro de desmatamento em uma área com cerca de 8.000 hectares, equivalente a 11.000 campos de futebol, arden-do em chamas mostra que a ação do homem ocorre sem que aja qualquer tipo de contenção.

“Há um avanço das queimadas em terras públicas. Do total de focos de calor, 13,8% ocorreram em Unidades de Conservação Ambiental, e 5,9%, em terras indígenas (TI)”, destaca Rômulo Batista, porta-voz de Amazônia do Greenpeace Brasil. “Nunca tinha visto um desmatamento tão grande e também com tanta fumaça”. •

Reprodução/Funai

A MORTE DO ÚLTIMO ÍNDIO TANARU

A notícia correu o mundo no dia 30. A morte do “Homem do Buraco”, último índio de uma tribo isolada levou com ele a história do povo Tanaru. Conhecido como o “Homem do Buraco”, o último membro de da tribo foi encontrado morto, marcando o primeiro desaparecimento registrado de uma tribo isolada no Brasil.

A notícia estampou a edição dos jornais estadunidenses *New York Times* e *Washington Post*, do alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, dos espanhóis *El País* e *La Vanguardia*, do português *Diário de Notícias* e centenas de outros diários e sites de notícias por conta dos despachos das agências Reuters, Associated Press e France Presse.

A mídia estrangeira relaciona a morte do último Tanaru ao desastroso governo Bolsonaro. “Foi um triste marco para um país que nos últimos anos viu as proteções

para grupos indígenas enfraquecidas e minadas por um governo que priorizou o desenvolvimento da Amazônia em detrimento da conservação”, diz o texto do *New York Times*.

“Funcionários da Funai encontraram o corpo do homem em 23 de agosto durante uma patrulha na Terra Indígena Tanaru, no estado de Rondônia, na fronteira com a Bolívia”, aponta o jornal. “A Funai relatou evidências de pelo menos 114 grupos isolados no Brasil, mas a existência de apenas 28 foi confirmada. Como resultado, as 86 tribos restantes não se beneficiam de nenhuma proteção governamental”, alerta.

O *Washington Post* também alardeou a morte do último indígena da tribo isolada: Morre o 'homem do buraco' do Brasil e uma tribo amazônica não existe mais. “O índio vivia sozinho há pelo menos 26 anos e rejeitou repetidas tentativas de comuni-

“A SABOTAGEM CALCULADA DE BOLSONARO ÀS PROTEÇÕES INDÍGENAS E AMBIENTAIS EXPÔS OS POVOS NATIVOS DO BRASIL À CRISE MAIS DRAMÁTICA DE SUA HISTÓRIA”

**Sidney Possuelo,
ex-presidente da Funai**

cação”, ressalta. “Outras tribos isoladas no Brasil também estão ameaçadas de extinção. A tribo Piripkura no centro-oeste do Brasil tem três membros conhecidos”.

O francês *Le Monde* reproduziu despacho da France Presse informando também da morte do “Índio do Buraco”, último sobrevivente do povo indígena Tanaru. “As autoridades acreditam que o homem passou 26 anos sozinho vagando pela selva depois que membros de sua comunidade já muito pequena desapareceram lentamente em meados da década de 1990”, informa o diário.

“Segundo a ONG Survival, a terra indígena Tanaru é uma ilha de selva cercada por vastas fazendas de gado, em uma das regiões mais perigosas do Brasil, principalmente devido ao garimpo ilegal e ao desmatamento”.

O espanhol *La Vanguardia* também trouxe a notícia: a morte

no Brasil do homem mais solitário do mundo. “O único sobrevivente de uma comunidade na Amazônia se isolou por décadas para sobreviver”. O argentino Clarín foi outro a destacar o episódio: Morreu o “homem do buraco”, o indígena no Brasil que passou quase 30 anos isolado e sem contato com ninguém. “Segundo fontes oficiais, o homem teria morrido de causas naturais dentro de sua cabana na selva amazônica”, informa.

E o alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung*: “Com sua morte o genocídio acabou?”. “O último sobrevivente dos indígenas da região brasileira de Tanaru morreu. Ele viveu isolado na região amazônica por mais de 25 anos. Sua morte revela as sombras da criação de gado”, diz a reportagem. “Ativistas de direitos humanos acreditam que os membros restantes foram mortos por fazendeiros quando en-

taram na área nas décadas de 1970 e 1980”.

No inglês *The Guardian* o indigenista Sidney Possuelo surge apontando o dedo para o líder da extrema-direita: ‘Bolsonaro é o culpado’, diz defensor dos direitos indígenas sobre crise no Brasil. Ele acusa o presidente do país de promover uma ‘política deliberada’ de violência e invasões de terras no coração da selva amazônica.

“A sabotagem calculada de Bolsonaro às proteções indígenas e ambientais expôs os povos nativos do Brasil à crise mais dramática de sua história”, disse Possuelo. O jornal o apresenta como “o explorador vivo mais famoso do país”. Ex-presidente da Funai, o sertanista expressou indignação e tristeza pela demolição de salvaguardas que ajudou a criar durante sua lendária carreira de seis décadas na agência de proteção dos índios. •



Ricardo Stuckert

ções das Nações Unidas (ONU) na questão ambiental. “Nós defendemos uma ONU fortalecida, com a participação de outros países e com poder de decisão, sobretudo na questão climática, senão a gente vai ficar fazendo discurso e não vai cumprir”, disse Lula, em encontro promovido no Museu do Amazonas.

“Se não houver uma governança mundial que decida o cumprimento de um acordo internacional, se cada governo não levar para dentro do seu Estado, a gente nunca vai cumprir decisões”, disse o ex-presidente. “O Protocolo de Kyoto até hoje não foi assinado. O acordo de Paris até hoje não foi cumprido por muita gente. É preciso que haja responsabilidade e aí tem que ter governança mundial mais forte”.

No mesmo dia, a Reuters noticiou que assessores de Lula estavam desembarcando na Indonésia e na República Democrática do Congo para formar uma frente unida de países nas negociações climáticas da ONU deste ano. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, ou COP27, a ser realizada em novembro em Sharm El Sheikh, Egito, deve servir de palco para a retomada do protagonismo brasileiro na agenda ambiental, caso Lula seja eleito em outubro. O ex-presidente é o favorito nas pesquisas de opinião.

Em Manaus, Lula defendeu um pacto entre os países que dividem a floresta amazônica para que a região se desenvolva de maneira sustentável, gerando emprego, renda e melhor qualidade de vida para a população. “Nosso povo está passando fome, necessidade, precisamos permitir que as pessoas vivam dignamente”, disse. “Estou convencido de que nenhum de nós quer transformar a Amazônia num santuário da humanidade”.

O ex-presidente disse que é preciso tirar proveito da biodi-

LULA PROMETE UMA GUINADA AMBIENTAL

Em Manaus, ele se reúne com líderes indígenas e pede aliança entre países amazônicos para desenvolvimento sustentável da floresta. Ex-presidente defende ONU fortalecida para o cumprimento de acordos climáticos

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro se mostra completamente omissos e indiferente à destruição promovida na floresta amazônica, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva está atento aos desdobramentos da crise ambiental em que o país está mergulhado desde o impeachment de Dilma Rousseff. A partir de 2016, o retrocesso na

política ambiental tem ocorrido de maneira acelerada, com o desmonte dos instrumentos de fiscalização e controle do Estado brasileira.

Na quarta-feira, 31, Lula estava em Manaus, no Amazonas, reunido com líderes indígenas. Ele defendeu que o Brasil volte a ter participação mais forte nas discussões sobre o papel das Organiza-

versidade para gerar melhores condições de vida por povos que moram na floresta, e não apenas na Amazônia brasileira, mas na venezuelana, colombiana e equatoriana. “É preciso se colocar de acordo com outros governos da América do Sul para que a gente trate, sem abrir mão da nossa soberania, de como convidar cientistas do mundo inteiro para participar da exploração de um mundo mega-diverso”, disse.

Lula afirmou ainda que já passou o tempo onde as pessoas achavam que o aquecimento global era assunto apenas para intelectuais, acadêmicos e jovens universitários. “Antigamente parecia piada quando escutávamos o Evo Morales dizer ‘vamos cuidar da ‘madre’ terra. Hoje todo mundo tem responsabilidade de que é muito importante cuidar da nossa floresta, da nossa água”, ressaltou.

Ele voltou a aproveitar a ocasião para defender a criação do Ministério dos Povos Originários, onde indígenas poderiam colaborar ainda mais na preservação da floresta e “decidirem sobre suas próprias vidas”. “Eu tenho dito que não haverá mais garimpo ilegal neste país”, prometeu. “Eu conheço o Rio Tapajós e ver ele banhado de mercúrio... a gente não pode acreditar que o ser humano seja insensível de não perceber o mal que ele está causando para o futuro do planeta”, completou.

A expectativa de reversão do quadro de destruição generalizada da floresta é grande na Europa. A promessa feita pelo ex-presidente de que vai enfrentar o crime na Amazônia se voltar ao poder foi um dos grandes destaques na imprensa internacional, no mês passado, por conta da entrevista concedida por Lula a correspondentes estrangeiros. O ex-presidente do Brasil disse que vai reprimir garimpeiros e madeireiros ilegais. É exatamente o contrário do que Bolsonaro tem feito. •

Reprodução/Greenpeace



ALARME CLIMÁTICO As queimadas na Amazônia brasileira estão agravando o aquecimento global, ampliando a emissão de gases de efeito estufa

G20 QUER AÇÃO CLIMÁTICA GLOBAL

Autoridades de meio ambiente do Grupo das 20 principais nações ricas e em desenvolvimento (G20) se reuniram na quarta, 31, na ilha de Bali, na Indonésia, para dar início a uma rodada de conversas sobre ação climática e o impacto global da guerra na Ucrânia. No encontro, o ministro do Meio Ambiente da Indonésia, Siti Nurbaya, enfatizou que o mundo já está enfrentando uma crise climática.

Os ministros do Meio Ambiente discutiram implementar uma contribuição de cada membro do G-20 para combater as mudanças climáticas e sincronizar metas entre países em desenvolvimento e desenvolvidos.

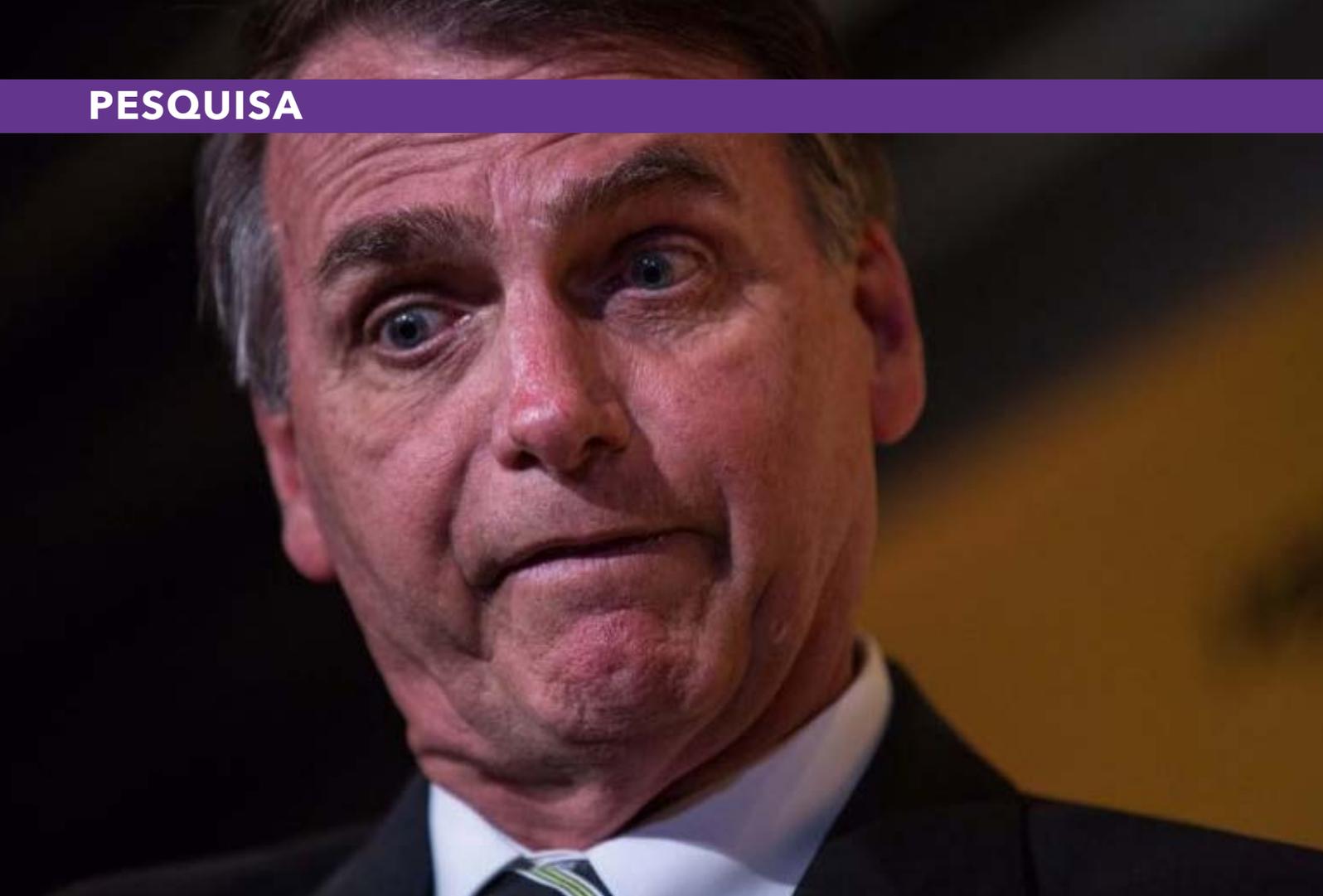
Segundo Nurbaya, foi produzido um acordo conjunto que contempla uma recuperação econômica sustentável, ação climática baseada na terra e no oceano, além de mobilização de

recursos para acelerar a proteção ambiental. Ações que supostamente ajudariam a concretizar o acordo de Paris sobre mudanças climáticas.

“Na verdade, estamos em uma posição de crise climática, não mais apenas mudanças climáticas”, disse Nurbaya. “Devemos trabalhar ainda mais rápido para reduzir as temperaturas globais o mais baixo possível”.

A Indonésia, detentora da presidência do G-20 deste ano, está comprometida em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 41% com assistência internacional até 2030, ou em 29% de forma independente.

O enviado climático dos EUA, John Kerry, estava entre os 17 ministros do Meio Ambiente e autoridades do clima, além de mais de 300 delegados, que participaram das conversas pessoalmente. Autoridades da China, Rússia e Argentina participaram virtualmente da reunião. •



O EX-CAPITÃO ESTÁ EMPACADO

As últimas pesquisas mostram um quadro inalterado na disputa presidencial, com Lula liderando com folga e a reeleição do líder da extrema-direita cada vez mais difícil. A expectativa de melhoria da economia não conseguiu se reverter em votos para o presidente

Jordana Dias Pereira

Neste artigo, trazemos as análises do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo (NOPPE) sobre as pesquisas mais recentes divulgadas pelos institutos. O quadro permanece quase inalterado de acordo com quatro institutos que divulgaram pesquisas de opinião ao longo da última semana. FSB da BTG Pactual saiu na segunda, junto com o Ipec. O levantamento da Quaest saiu na

quarta. O Ipespe da XP Investimentos e o Datafolha saíram na quinta-feira.

Algumas dessas pesquisas já conseguiram captar o impacto da maior exposição dos candidatos na televisão. Alguns telejornais fizeram sabinas e, no último domingo, 28 de agosto, os candidatos melhor posicionados nas pesquisas de intenção de voto se enfrentaram em debate transmitido pela Band.

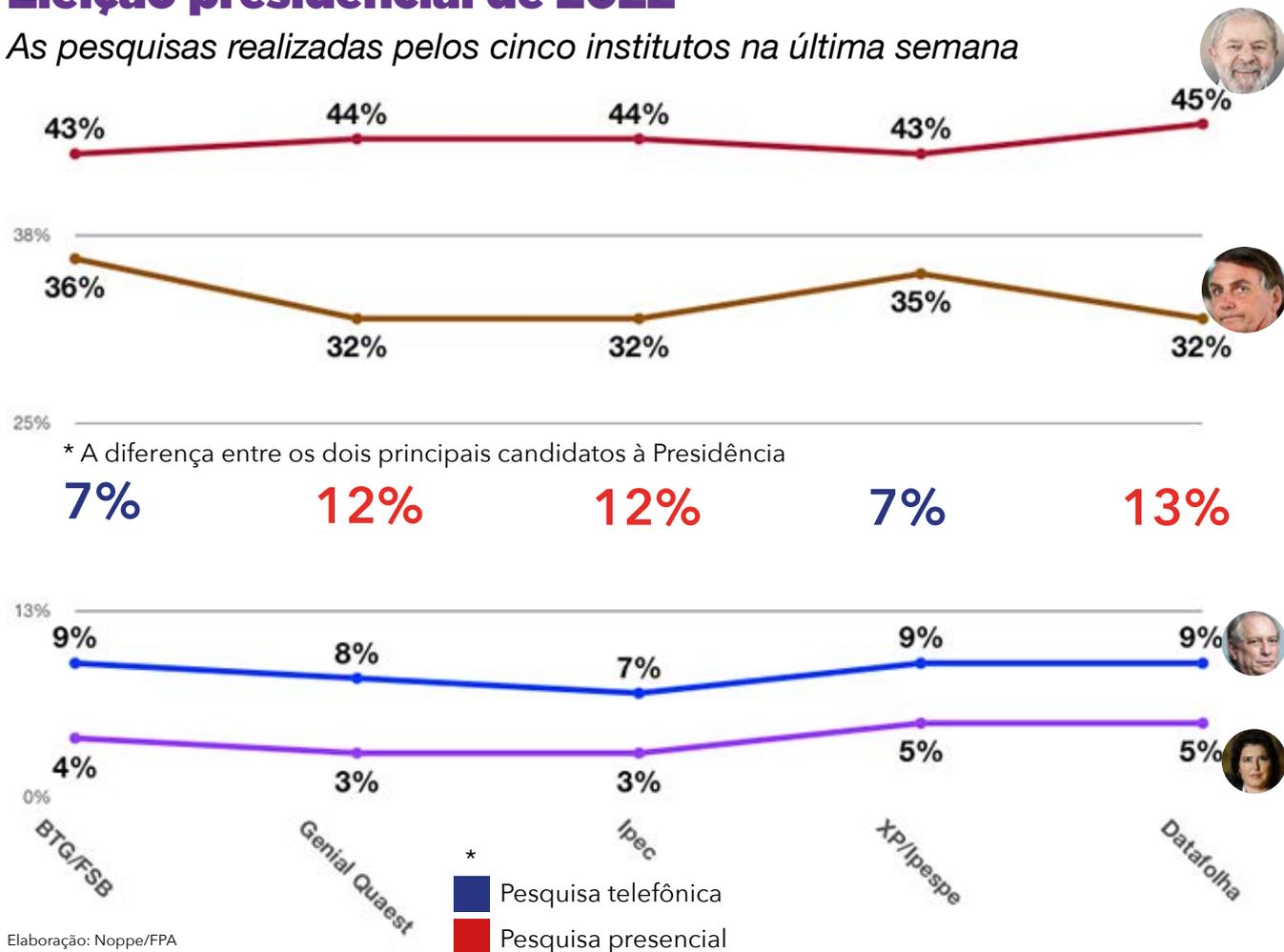
A disputa eleitoral ainda é marcada pelas medidas (contraditórias) do governo Bolsonaro que tenta melhorar seu desem-

penho nas pesquisas. Na última semana, o PIB mostrou crescimento de 1,2% e o desemprego baixou, às custas do emprego precário, a quase 9%. É o menor índice desde 2016. Alguns preços caíram, como gasolina, mas outros, como alimentos, subiram. Ao mesmo tempo, em um tema destacado, o Auxílio Brasil, o governo projeta redução para R\$ 405 na proposta de lei orçamentária para 2023, contrariando as promessas feitas pelo próprio Bolsonaro.

A melhoria na expectativa da economia não conseguiu re-

Eleição presidencial de 2022

As pesquisas realizadas pelos cinco institutos na última semana



verter o quadro de intenção de votos. Primeiro, porque, como já era sabido, o eleitor se mostra bastante decidido. Todas as pesquisas dão certeza de voto em mais de 75%, e certeza em Lula e Bolsonaro chega a mais de 80%, segundo o Datafolha. E, segundo, porque a rejeição de Bolsonaro voltou a crescer na última rodada – depois de uma sequência de redução. Segundo o Datafolha, 52% dos eleitores rejeitam o atual presidente, uma diferença de 1 ponto em relação à rodada anterior. A mesma variação foi captada pelo Ipec. Segundo o último levantamento, 47% da população rejeita o candidato do PT – contra 46% da rodada anterior.

Assim, Lula segue à frente em todas as pesquisas, que convergem num patamar que varia entre 43% e 45% da intenção de voto dos eleitores na mostra es-

timulada, quando o pesquisador apresenta a lista de nomes dos candidatos ao entrevistado.

Já a intenção de voto em Bolsonaro varia mais, de acordo com o instituto. Aqueles que utilizam o método de coleta por telefone dão entre 35% e 36% de intenção de voto no líder da extrema-direita. Já as que são feitas presencialmente dão 32% a Bolsonaro. Ao final, a distância entre os dois candidatos varia.

As pesquisas com coleta telefônica mostram uma vantagem de Lula sobre Bolsonaro de 7 e 8 pontos percentuais. Já as presenciais dão uma distância de 12 a 13 pontos percentuais, cerca de 50% maior face às anteriores.

Ainda que o cenário seja de relativa estabilidade, é importante chamar atenção para o fato de que essa diferença vem diminuindo ao longo da série histórica. A diferença entre os candi-

datos que hoje é de 12 pontos, segundo Datafolha de 1º de setembro, era de 15 pontos na rodada anterior de agosto e de 21 pontos, em maio.

O mesmo movimento é captado nas simulações de segundo turno. Em janeiro de 2022, a diferença entre Lula e Bolsonaro era de 29 pontos. O petista tinha 59% da intenção de voto e Bolsonaro 30%. Hoje, a diferença é de 15 pontos: 53% a 38%.

No cenário de segundo turno, 48% dos eleitores de Ciro (PDT) declaram voto em Lula e 27% em Bolsonaro. E 23% anunciam que anulariam. Eleitores de Simone Tebet (MDB) também vão mais para Lula (32%) do que para Bolsonaro (28%). Entre estes, 39% dizem que anulariam o voto se o cenário desse fosse. •

* Mestre em sociologia, é coordenadora do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.



COM LULA, MAIS BOLSA FAMÍLIA

Proposta do PT torna permanente o valor de R\$ 600 a partir de janeiro de 2023 e recupera o nome do programa que tirou milhões de pessoas da pobreza. Futuro governo petista dará mais R\$ 150 por cada criança e aposta na inclusão social

O PT apresentou na última semana projeto para devolver ao povo brasileiro um dos programas de transferência de renda mais bem sucedidos do mundo: o Bolsa Família. Apresentado pelo deputado Alencar Santana (PT-SP), o Mais Bolsa Família torna permanente a partir de 2023 o valor de R\$ 600 do Auxílio Brasil, programa de ajuda emergencial do governo federal criado durante a pandemia e que foi turbinado em agosto, às vésperas das eleições.

Na última semana, apesar de ter afirmado no debate na Band

que, se eleito, manteria o valor em R\$ 600, Bolsonaro mandou ao Congresso uma proposta de Lei Orçamentária na qual o valor previsto do Auxílio Brasil é de R\$ 405. Já o ex-presidente Lula anunciou que, além de manter o valor de 2022, vai destinar um adicional de R\$ 150 para cada criança de até 6 anos de idade.

Integrante da equipe responsável pelo programa de governo de Lula, a ex-ministra Tereza Campello afirma que o compromisso "número um" na área de assistência social é garantir a continuidade dos R\$ 600 do Auxílio Brasil. Atualmente, o valor fixo do auxílio é de

R\$ 400, com um acréscimo de R\$ 200 até dezembro.

Segundo a economista, um dos problemas do Auxílio Brasil em relação ao Bolsa Família é a desigualdade do tratamento entre beneficiários. Cada família recebe o valor fixo, independentemente do número de integrantes ou do grau de pobreza. A ex-ministra cita, como exemplo, que um homem solteiro recebe os mesmos R\$ 600 que uma mulher com dois filhos.

Além disso, o candidato petista pretende prosseguir com a reorganização do Cadastro Único (CadÚnico) e retomar a incorporação de condicionalidades, como o

acompanhamento escolar e médico das crianças beneficiadas, canceladas pelo governo Bolsonaro depois que o Auxílio Brasil substituiu o premiado programa petista.

O Projeto de Lei 2315, apresentado pelo PT, tem como objetivo alterar o nome do programa de transferência de renda, modificado pelo atual governo exclusivamente por interesse eleitoral, que passará a ser designado programa Mais Bolsa Família.

Mas não é apenas isso. A ideia é tirar as famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, dando sustentabilidade e viabilizar o regresso dos chefes de família ao mercado de trabalho. A proposta dá dignidade da renda, proteção do acesso de crianças e adolescentes à escola e às políticas de saúde.

O Bolsa Família teve sua morte decretada em outubro de 2021, vítima de uma manobra de Jair Bolsonaro. O programa atendia cerca de 14,6 milhões de famílias em seu 18º ano de existência e acumulava milhares de histórias de famílias que saíram da pobreza extrema. Instituído em 2004 pelo governo Lula, e aperfeiçoado depois por Dilma Rousseff, o maior programa social jamais implementado no Brasil acabou por se tornar, como sustenta o autor do projeto um "patrimônio da sociedade e referência internacional".

Ao longo de quase duas décadas, o Bolsa Família logrou, além de reduzir a pobreza e pobreza extrema, diminuir a mortalidade

infantil, aumentar a participação escolar feminina, reduzir a desigualdade regional do país e melhorar indicadores de insegurança alimentar entre os mais pobres. E fez isso custando 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Ou, como já disse Lula, foi só botar "o pobre no Orçamento" que índices históricos de desigualdade foram superados. Junto com outros programas de inclusão dos governos Lula e Dilma, a medida acabou alavancando uma mobilidade social inédita na história do Brasil.

Os críticos do Bolsa Família, indiferentes a esses resultados positivos, apontavam no programa intenções puramente eleitoreiras. Ou acusavam o programa de paternalista, quando não de incentivar a vagabundagem dos pobres.

Em 2011, por exemplo, o então deputado Jair Bolsonaro defendeu a extinção do programa, quando concorreu à Presidência da Câmara dos Deputados.

E, na campanha presidencial de 2018, não se furtou a usar um caminharão de fake news contra a política que tem a cara dos governos do PT.

Em 2020, diante das perdas de renda e emprego causadas pela pandemia do Covid-19, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou uma ajuda federal de R\$ 200 aos mais pobres. Foi por insistência do PT e das legendas de oposição, que o governo Bolsonaro acabou cedendo e elevou o valor para R\$ 600. Mas o benefício só vale até dezembro. •

PT QUER TORNAR BOLSA FAMÍLIA UM PROGRAMA PERMANENTE, DE R\$ 600, COM BENEFÍCIOS ADICIONAIS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

GOVERNO DESMENTE BOLSONARO: AUXÍLIO SERÁ DE R\$ 405

O governo federal divulgou na última quarta-feira, 31, o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 em que mantém a desoneração dos impostos sobre combustíveis e não prevê o reajuste do Imposto de Renda. Mas, pior do que isso, a principal promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro – o Auxílio Brasil de R\$ 600 – não durou uma semana.

A lei orçamentária prevê pagamento médio de R\$ 405 por beneficiário. Não houve espaço para cumprir o audacioso benefício social que Bolsonaro jurou no debate da Band, no domingo, 28 de agosto, que seria de R\$ 600.

Prevaleceu a visão perversa do ministro da Economia, Paulo Guedes, que considera o programa social apenas como um mimo feito para garantir a campanha da reeleição do presidente. "É uma questão política", justificou o ministro.

"Dentro da responsabilidade fiscal, gerando superávit, nós conseguimos pagar o auxílio de 600. Então é evidente que nós vamos pagar", afirmou. "O que garante o pagamento é a política. A decisão política".

Na prática, Guedes promete continuar a promessa. "É evidente que nós vamos pagar. Tem uma solução temporária. Se a Guerra da Ucrânia continua, prorroga o estado de calamidade e aí você continua com R\$ 600", disse o ministro após o evento no Rio de Janeiro. •



CORTES NA SAÚDE E EDUCAÇÃO

As promessas do governo não resistem aos fatos. Projeto de lei encaminhado pelo Ministério da Economia ao Congresso promove cortes nas duas áreas sociais que já estão em situação crítica

O governo Bolsonaro diz uma coisa na propaganda da reeleição do presidente, mas na prática piora a vida do povo. Enquanto a propaganda televisiva mostra um mundo de faz de conta, a vida da população piora, porque o governo continua a diminuir os recursos do Orçamento da União para a área social. Na última quarta-feira, 31 de agosto, o governo anunciou um corte de 29% dos investimentos em saúde para 2023 e reduziu a verba para a compra de vacinas.

No projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso, o Ministério da Economia prevê cerca de R\$ 1,5 bilhão para investimentos no SUS. Na prática, tudo depende da vontade política do relator do Orçamento. Segundo a proposta,

metade das despesas da Saúde vem de emendas de relator.

A outra notícia importante se perde em meio ao turbilhão de resultados da economia alardeados pelo Palácio do Planalto. O governo Bolsonaro cortou mais de R\$ 1 bilhão de programa da educação básica no orçamento de 2023.

A área de educação aparece como prioridade no plano de governo do presidente para reeleição, mas parece que a campanha se esqueceu de combinar com a área econômica comandada por Paulo Guedes. Os cortes mostram que a situação da saúde e da educação, que já se encontram críticas, podem piorar no próximo ano.

Na prática, o governo federal enviou a proposta de Orçamento para 2023 com uma previsão de corte de 42% nas verbas discricionárias do Ministério da Saúde, usadas na compra de ma-

teriais, equipamentos e para investimentos. Para cumprir o gasto mínimo assegurado pela Constituição, o Executivo vai depender das chamadas emendas de relator, instrumento usado como moeda de troca nas negociações com o Congresso.

Em 2023, a Saúde terá direito a R\$ 20,3 bilhões para despesas não obrigatórias, segundo a proposta divulgada pelo Ministério da Economia. À primeira vista, o valor parece maior que os R\$ 17 bilhões iniciais indicados no envio do projeto de Orçamento de 2022.

No entanto, do montante previsto para o ano que vem, R\$ 10,42 bilhões estão numa reserva de emendas de relator, que costumam ser indicadas por parlamentares aliados do governo e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Mesmo que sejam destinadas à Saúde, essas emendas não necessariamente contemplarão projetos estruturais da pasta. Em geral, as emendas de relator são usadas pelos congressistas para irrigar ações em seus redutos eleitorais. Além disso, não há nenhuma norma legal que impeça os parlamentares de redirecionar a verba para gastos de outras áreas.

O valor a ser efetivamente controlado pelo Ministério da Saúde em 2023 está estimado em R\$ 9,84 bilhões – uma queda de 42,2% em relação aos R\$ 17 bilhões programados inicialmente para 2022.

Outros ministérios também tiveram cortes significativos em suas despesas discricionárias e vão depender de emendas de relator para manter seu funcionamento. O governo propôs para 2023 um corte de R\$ 1,096 bilhão no programa “Educação básica de qualidade” em comparação com o projeto de lei orçamentária anual deste ano.

Enquanto a proposta para orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 2022 previa R\$ 10,849 bilhões para o programa, a proposta para o próximo ano indicou R\$ 9,753 bilhões para ele. A comparação foi feita usando dados disponíveis no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, do Ministério da Economia.

A educação básica é a área que sofreu o maior corte entre os programas do MEC. O crescimento do orçamento geral em cerca de R\$ 12,7 bilhões se deve, sobretudo, ao incremento na complementação obrigatória da União ao Fundeb, principal fundo de financiamento da educação. O aumento do montante foi estabelecido em lei aprovada pelo Congresso em 2020. O orçamento do MEC passou de R\$ 134,7 bilhões para R\$ 147,4 bilhões.

Além do programa de educação básica, também houve proposta de corte de R\$ 594,5 mi-

lhões no programa de educação superior, que atende universidades públicas. O valor passou de R\$ 10,9 bilhões para R\$ 10,3 bilhões.

Neste ano, cerca de R\$ 400 milhões destinados a universidades foram cortados. Em junho, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) alertou para o arrocho no orçamento das instituições federais. No início deste mês, pelo menos 17 universidades federais anunciaram que correm o risco de parar até o fim do ano devido a bloqueios orçamentários feitos pelo ministro Paulo Guedes.

Somente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), maior universidade federal do país, o PLOA para o ano que vem prevê um corte de R\$ 30 milhões. Em agosto, a instituição já havia alertado sobre a situação de penúria no orçamento e afirmou que só teria dinheiro para pagar as contas até setembro.

Os recursos do MEC reservados para investimento também caíram, o governo fixou um corte de R\$ 703,4 milhões. Enquanto no ano anterior foram R\$ 2,3 bilhões para este fim, agora o governo propõe R\$ 1,6 bilhão.

Desde o início do governo Bolsonaro que a educação vem sofrendo cortes. Em geral, o orçamento executado no final é sempre menor que o autorizado. Então, o que se propõe já é mais baixo que o ano anterior, provavelmente a execução também o será.

Desde o início do governo Bolsonaro, o MEC tem vivido crises sucessivas. Logo no início do mandato, em maio de 2019, o Planalto enfrentou manifestações populares após bloqueio de 30% no orçamento discricionário das instituições federais de ensino superior. Na época, o então ministro Abraham Weintraub afirmou em entrevista que cortaria recursos de instituições federais que promovessem “balbúrdia”. •

BOLSONARO CORTA NA CIÊNCIA E NA CULTURA

Na calada da noite, o governo do presidente Jair Bolsonaro publicou duas medidas provisórias, adiando para 2023 e 2024 repasses para o setor cultural por intermédio das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2.

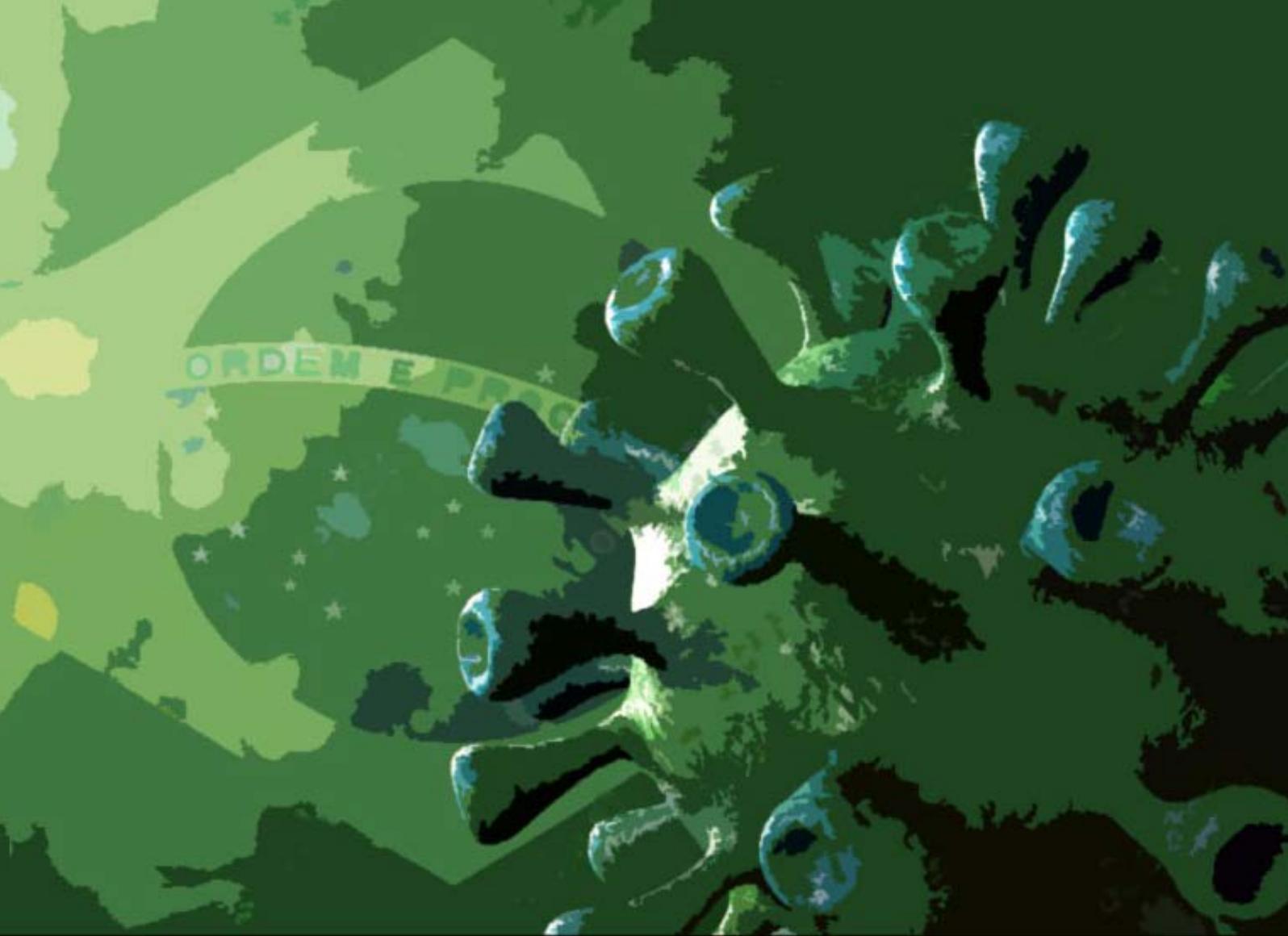
Às vésperas das eleições, as MPs de Bolsonaro permitem cortar verbas da cultura e da ciência e redirecionar o orçamento programado para 22 de setembro para acomodar outras despesas como emendas que beneficiam aliados do Planalto.

O governo tem R\$ 12,7 bilhões em despesas bloqueadas para evitar o estouro do teto de gastos, regra fiscal que limita o avanço das despesas à inflação. Em conjunto, as medidas podem contribuir para reduzir o bloqueio de 2022 em cerca de R\$ 8 bilhões.

Para 2023, a MP com vigência imediata limita os valores aplicados a 58% da receita do fundo prevista para o ano. O percentual cresce em 10 pontos a cada ano até 2026, voltando a 100% em 2027.

A MP editada por Bolsonaro adia os repasses da cultura e do setor de eventos em um ano, jogando para 2023 todas as despesas que deveriam ser executadas ainda em 2022. Os gastos programados para 2023 foram postergados para 2024.

O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PT-PA), cobra a devolução da MP que adia o início do cumprimento das leis em prol da cultura. O Congresso precisa aprovar as MPs. As leis garantiriam a execução dos recursos dos fundos nacional de Cultura e do Audiovisual. •



A TRAGÉDIA DA COVID

“Cloroquination”. Um livro-reportagem explica como um país inteiro foi mergulhado no delírio da cloroquina. Investigação da jornalista Chloé Pinheiro e do farmacêutico Flávio Emery remonta a tenebrosa história do tratamento precoce

Bia Abramo

Ninguém vai esquecer da imagem de um Jair Bolsonaro trôpego, andando sozinho nos jardins do Palácio da Alvorada, tirando uma caixa de cloroquina do bolso da camisa social de manga curta e brandindo-a na direção das emas que circulam por lá.

O presidente, depois de fazer pronunciamentos em cadeia

nacional de TV desdenhando da pandemia, havia contraído o coronavírus e estava em isolamento. Era 20 julho de 2020 e o país estava assustado com o fato de que tínhamos 84 mil mortes causadas pela doença. Isso em pouco mais de 3 meses de pandemia. O ministro da Saúde, o terceiro desde 2019, respondia ainda como interino à frente da pasta.

Seiscentos mil óbitos e uma CPI depois, ainda há muitas per-

guntas e questões sobre a condução do governo federal e das autoridades de saúde diante da maior crise sanitária do Brasil contemporâneo.

Para além da postura pessoal de menosprezo de Bolsonaro e seu entorno, destacam-se pelo menos dois grandes temas: o atraso e os esquemas de corrupção na compra de vacinas e a insistência no chamado tratamento precoce com medicamentos ineficazes.

É sobre esse último tema

que a jornalista Chloé Pinheiro e o farmacêutico Flávio Emery se debruçaram para responder à pergunta: “Como o Brasil se tornou país da cloroquina?”. Ela é especialista em saúde e ciência. “O Brasil só se tornou este antro de medicamentos ineficazes porque a saúde foi levada para a esfera política”, disse a repórter ao *Opera Mundi*.

Combinando pesquisa histórica e científica com investigação jornalística, a dupla de autores persegue essa história macabra, que contribuiu para que o Brasil ocupasse um desonroso terceiro lugar em mortes por covid em todo o mundo, muitas delas evitáveis.

De acordo com pesquisa conduzida pelo epidemiologista Pedro Hallal, um dos entrevistados do livro, entre 120 mil e 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas, o que equivale dizer que quatro em cada cinco pessoas que morreram de covid poderiam estar vivas hoje.

“Essa desinformação circulou nas esferas políticas. Muitos médicos ‘cloroquiners’ acusam a gente de ter politizado os medicamentos, mas todos os canais e principais atores são bolsonaristas tam-

bém”, denuncia a jornalista, que é repórter da Veja Saúde e do podcast Ciência Suja.

Utilizando os recursos da reportagem investigativa, mas também da divulgação científica, “Cloroquination” consegue remontar as circunstâncias culturais e históricas não apenas da busca pelos remédios milagrosos na qual insistiam negociacionistas de toda ordem e

“O BRASIL SÓ
SE TORNOU
ESTE ANTRO DE
MEDICAMENTOS
INEFICAZES PORQUE
A SAÚDE FOI
LEVADA PARA A
ESFERA POLÍTICA”,
DIZ CHLOÉ PINHEIRO

charlatões a soldo do dinheiro público e privado, mas também da guerra de desinformação promovida pelos interesses políticos.

O papel vergonhoso dos profissionais de medicina na promoção do chamado kit covid, espécie de cesta básica de remédios na melhor das hipóteses ineficazes e na pior potencialmente danosos à saúde está muito bem esquadriornado. O governo federal insistiu em meter goela abaixo da população esses medicamentos.

O livro só resvala um pouco quando se arrisca às explicações comportamentais que levaram milhares de pessoas a embarcarem na solução fácil dos tratamento precoce, o que talvez se evidencie pela pouca distância entre os fatos narrados e a elaboração do texto. O que aconteceu na vida mental das pessoas que viveram o terror dos dias mais duros da pandemia e o que essa experiência global de caos talvez mereçam reflexões mais amadurecidas ou autores menos apressados.

Ainda que a esta altura seja difícil lembrar desses dias, “Cloroquination” é obra que consegue jogar várias luzes nesse túnel escuro, que, dois anos e seis meses depois, ainda não acabou. •

Dida Sampaio/AE

GAROTO PROPAGANDA

O presidente corre atrás das aves no Alvorada para dar cloroquina. Era 20 de julho de 2020. E a ema gemeu





A 'IMOBILIÁRIA' DOS BOLSONARO

Quem pagaria por uma casa com dinheiro vivo? A família do presidente, Quem pagaria por uma casa com dinheiro vivo? A família do presidente sim. Ela adquiriu 51 imóveis dos 107 que acumularam desde os anos 90 em moeda corrente, dinheiro do qual não se sabe a origem

O presidente Jair Bolsonaro se gabou nos últimos dias de ter conseguido criar em seu governo – uma mentira – o PIX, que permite a milhões de brasileiros realizarem transações financeiras eletronicamente. Na verdade, o projeto do Banco Central nasceu antes do atual governo. Mas ainda, assim, estranhamente, a família do mandatário gosta mesmo de operar com dinheiro vivo.

Pelo menos, para comprar imóveis. Dos 107 negociados desde 1990 por Jair Bolsonaro, sua mãe (morta em janeiro), os três filhos mais velhos, cinco irmãos, duas ex-esposas e até um cunhado (cunhado também é parente), 51 foram pagos, total ou parcialmente, em "cash". Isto é, em espécie.

A tática é adotada por organizações criminosas para "lavar" recursos obtidos ilícitamente. A manobra veio a público em reportagem de Juliana dal Piva e Thiago Herdy, no UOL. Segundo a reportagem, nos últimos 32 anos, quem

coincide com a vida pública de Bolsonaro, foram registradas em cartórios, com o modo de pagamento "em moeda corrente nacional", um total de R\$ 13,5 milhões em compras de imóveis. O valor equivale hoje a R\$ 25,6 milhões.

Daí parece justificável que Bolsonaro tenha decidido impor um sigilo de 100 anos para informações de atividades do governo, decisão lembrada pelo candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, no debate de domingo na Band, dia 28. No encontro, o petista prometeu acabar com os sigilos por decreto, se for eleito presidente em outubro.

Desde o ano passado, Bolsonaro decidiu que a população não pode saber sobre "temas sensíveis" do governo, como gastos do cartão corporativo, ou mesmo o cartão de vacinação do presidente, além de encontros no Planalto com pastores sem vínculo com o governo, crachás de acesso dos filhos de Bolsonaro ao Palácio do Planalto e despesas com viagens. A lista é grande.

Não consta nos documentos de compra e venda a forma de pagamento de 26 imóveis, que somam um valor de R\$ 986 mil (ou R\$ 1,99 milhão em valores corrigidos pelo IPCA). Transações por meio de cheque ou transferência bancária envolveram 30 imóveis, totalizando R\$ 13,4 milhões (ou R\$ 17,9 milhões atualizados).

As matérias também revelam que pelo menos 25 imóveis comprados desde 2003 foram ou estão sendo investigados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Incluídas a casa do patriarca no condomínio Vivendas da Barra, na Barra da Tijuca (Rio), e a mansão comprada por Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em Brasília. As negociações totalizam R\$ 13,9 milhões (R\$ 22,6 milhões em valores atuais).

O levantamento considera o patrimônio construído em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Conforme o UOL, até este ano, a família segue proprietária de 56 dos 107 imóveis ao custo de R\$ 18,8 milhões. •

O DINHEIRO VIVO DO CLÃ BOLSONARO

Mais uma denúncia contra o ex-capitão que não se explica perante a Nação, como no caso dos 27 cheques depositados na conta da primeira-dama pelo ex-policial militar aposentado Fabrício Queiroz

Reginaldo Lopes

O presidente de extrema direita Jair Bolsonaro deve explicações à sociedade brasileira sobre como ele e sua família compraram



107 imóveis desde a década de 1990, dos quais ao menos 51 adquiridos total ou parcialmente por meio de pagamento com dinheiro vivo. As aquisições imobiliárias totalizam, em valores atuais, cerca de R\$ 25,6 milhões. É inaceitável o silêncio do ex-capitão diante do descomunal escândalo. A compra de imóveis com tal montante em dinheiro em espécie é prática inerente a organizações criminosas.

Não se sabe a origem dos recursos, mas provavelmente são de rachadinhas e esquemas de corrupção, comprovando práticas ilícitas e corruptas de Bolsonaro. A operação suspeita denunciada pelo portal UOL desmascara o ex-capitão, que construiu ao longo do tempo um sólido patrimônio imobiliário incompatível com seus ganhos oficiais.

Há uma infinidade de denúncias. Até hoje ele não explicou à Nação, por exemplo, os 27 cheques depositados na conta da primeira-dama, Michele Bolsonaro, no valor de R\$ 89 mil, emitidos por amigo íntimo da família, o policial militar aposentado Fabrício Queiroz. Tampouco a história

intrigante da Wal do Açaí, secretária do gabinete de Bolsonaro quando ele era deputado, que nunca pôs os pés em Brasília.

A propósito, apresentei um projeto de lei (PL 48/2015) em tramitação na Câmara dos Deputados para acabar

com a circulação de dinheiro em espécie. Isso impediria, por exemplo, a gigantesca e suspeita operação imobiliária do clã Bolsonaro.

Há pouco tempo, a Índia tomou medida fundamental para um verdadeiro e bem intencionado combate à corrupção: o fim do dinheiro em espécie. Lá, anulou-se em 86% a circulação das cédulas.

Minha proposta estabelece, contudo, que a impactante mudança seja realizada de maneira paulatina, em um prazo de transição de dez anos, para a população se adaptar. Significa adotar 100% das transações por meio digital em uma década.

Além do combate à corrupção, a medida, a exemplo da Índia, poderá permitir o aumento da arrecadação do Estado devido à drástica redução da sonegação e ao aumento do número de cidadãos que passaram a declarar imposto de renda. Dificultará operações suspeitas como a praticada pela família Bolsonaro, combaterá a informalidade e reduzirá custos com a não emissão do papel-moeda.

As transações digitais são mais

seguras que as com dinheiro físico e a desmonetização é uma tendência mundial, a partir de uma maior democratização do uso da tecnologia. Na Suécia, hoje em dia menos de 1% das transações financeiras é realizado com dinheiro em espécie, que deverá estar extinto lá até 2030.

O projeto proíbe a cobrança de taxas nas operações de débito por bancos e empresas de crédito e facilita a extinção de crimes como assaltos a bancos, a postos de gasolina, 'saidinhas de banco' e arrombamento de caixas eletrônicos. Terroristas, sonegadores, lavadores de dinheiro, cartéis de drogas, assaltantes e corruptos estariam mais facilmente na mira do controle financeiro.

Não se trata do fim do dinheiro, mas do uso do papel-moeda. Garante-se um ambiente financeiro com muito mais transparência. Proponho a extinção do uso, da fabricação e da circulação do papel-moeda no Brasil. Isso não quer dizer que defenda a moeda virtual. Desejo uma moeda nacional, contabilizada e que circule digitalmente.

É uma solução eficaz para alguns dos problemas do Brasil. Deve estar em discussão, portanto, na sociedade brasileira. Sem medo de polêmicas e das diversas reações, precisamos garantir um país mais transparente para o futuro. •

* Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados



ILESA A vice-presidenta cumprimentava as pessoas, quando Fernando Montiel puxou a arma e atirou. Mas a arma falhou

CRISTINA É ALVO DE ATENTADO

A campanha de ódio contra a vice-presidenta da Argentina quase vira tragédia. Com uma arma na mão, brasileiro tenta matá-la à queima-roupa. A arma falhou. Lula e Dilma condenam o episódio e Bolsonaro é obrigado a tratar do tema. Preso, o autor da tentativa de homicídio é identificado como radical apoiador do líder brasileiro

A noite de quinta-feira, 1º de setembro, transcorria tranquila na cidade de Buenos Aires. No bairro da Recoleta, a vice-presidenta Cristina Kirchner regressava de um evento nos arredores da capital argentina quando desceu do carro para cumprimentar apoiadores na frente do seu prédio. E então tudo aconteceu de

maneira rápida. Um homem suspeito se aproxima da presidenta, saca uma pistola, aponta para a cabeça dela e dispara. A arma falha e imediatamente o homem é preso.

Cristina escapou ilesa do atentado. O suspeito foi identificado como Fernando Andrés Sabag Montiel, brasileiro, 35 anos, que vive no país há 20 anos. Aponta-se como um apoiador do presi-

dente brasileiro Jair Bolsonaro, Montiel só não a matou por um erro humano. Tremendo, ele puxou mal o ferrolho do revólver para trás, a bala não entrou na câmara e isso salvou a vida do vice-presidente da Argentina. A investigação deve determinar o que motivou o ataque. O presidente Alberto Fernandez disse que a arma estava carregada com cinco balas.

“Este é o evento mais sério pelo qual passamos desde que a Argentina voltou à democracia”, disse o presidente argentino, em pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, ainda na noite de quinta-feira, referindo-se ao fim do regime militar em 1983. “Um homem apontou uma arma de fogo para a cabeça dela e puxou o gatilho. Cristina ainda está viva porque, por algum motivo ainda a ser confirmado, a arma... não disparou”.

Os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff se solidarizaram com os líderes e o povo argentino. “Toda a minha solidariedade à companheira Cristina Kirchner, vítima de um fascista criminoso que não sabe respeitar divergências e a diversidade. A Cristina é uma mulher que merece o respeito de qualquer democrata no mundo. Graças a Deus ela escapou ilesa”, disse Lula.

“Minha solidariedade a Cristina Kirchner e meu firme desejo de que o seu país, o Brasil e a América Latina superem esta situação e retomem o caminho da paz e da estabilidade”, declarou Dilma. “E que a violência política, venha de onde vier, não consiga obstruir os avanços civilizatórios dos povos de todo o mundo”. A posição de Lula e Dilma contrasta com a demora do presidente Jair Bolsonaro que só se manifestou tardiamente, dizendo lamentar o episódio, mas aproveitando para trazer à tona o episódio da facada: “Agora, quando eu levei a facada, teve gente que vibrou por aí”, sem citar nomes.

DILMA: “MEU DESEJO É DE QUE ARGENTINA, O BRASIL E A AMÉRICA LATINA SUPEREM ESTA SITUAÇÃO E RETOMEM O CAMINHO DA PAZ”

Reprodução



O AUTOR DO ATENTADO O brasileiro Fernando Andrés Sabag Montiel, 35 anos, foi detido imediatamente pela polícia judiciária da Argentina

Uma das mais carismáticas líderes populares da política argentina, Cristina foi presidente entre 2007 e 2015, e é vítima de uma campanha judicial e midiática – assim como Lula e Dilma –, sendo acusada sem provas pelo Ministério Público por corrupção. As denúncias se referem a contratos públicos concedidos no início dos anos 2000. Os promotores responsáveis pelo caso não apresentam provas das acusações.

O Ministério Público pediu 12 anos de prisão da ex-presidenta da Argentina. “Quando o ódio e a vio-

lência prevalecem sobre o debate, as sociedades são destruídas e surgem situações como essas”, reagiu o ministro da Economia, Sergio Massa, que foi recentemente nomeado para enfrentar a crise nacional.

Chefes de Estado e aliados políticos na região, incluindo o presidente chileno Gabriel Boric, o venezuelano Nicolás Maduro, o peruano Pedro Castillo também denunciaram o ataque. Eles expressaram solidariedade com Cristina Kirchner e expressaram alívio por ela não ter se machucado.

O Papa Francisco I ligou na manhã de sexta-feira para Cristina, prestando solidariedade após a tentativa de assassinato. “Rezo para que a harmonia social e o respeito aos valores democráticos sempre prevaleçam na amada Argentina, contra todo tipo de violência e agressão”, disse o pontífice. •



ADEUS A GORBATCHEV

Morre o último dirigente da URSS e do PCUS, aos 94 anos

O último dirigente comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que liderou o país entre 1985 e 1991, implementando um conjunto de políticas reformistas na tentativa de salvar o regime soviético, morreu no dia 30 de agosto, no Hospital Clínico Central de Moscou. Mikhail Gorbachev faleceu aos 94 anos de idade. Sua morte foi notícia em todo o mundo. Ele é apontado como o homem que pôs fim à Guerra Fria e promoveu o colapso do antigo regime comunista, que nasceu em 1917 e foi responsável pela divisão do mundo.

Segundo as agências noticiosas russas Tass, RIA Novosti e Interfax, Mikhail Gorbachev faleceu na terça-feira sozinho e sem angariar qualquer prestígio na Rússia e nas antigas repúblicas

soviéticas por trás da Cortina de Ferro. Sob sua influência, o Muro de Berlim, que redesenhou o planeta a partir de 1945, foi ao chão. O mundo jamais foi o mesmo.

Entre 1985 e 1991, Gorbachev ocupou o cargo de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e liderou o país entre 1988 e 1991. Ele implementou as políticas denominadas Glasnost e Perestroika na tentativa de reformar o sistema soviético, mas estas não impediram o desmembramento da URSS e o fim do regime.

Gorbachev nasceu em Privolnoye em 2 de março de 1931. Oriundo de uma família camponesa, teve vários trabalhos, até que se licenciou em Direito pela Universidade de Estado Lomonossov, em 1955. Na universidade, juntou-se primeiro ao Komsomol, a organização de ju-

ventude do PCUS, e em seguida ao próprio partido onde prosseguiu uma carreira fulgurante no seio da estrutura do Partido Comunista.

Em 1962, torna-se dirigente na cidade de Stavropol, aproveitando para estudar no Instituto de Agronomia da cidade. Sob o beneplácito do então chefe do KGB, Yuri Andropov e do seu mentor Mikail Soulov, ascende ao Comitê Central do PC em 1971. Em 1978, torna-se secretário do Comitê Central do partido e assume a pasta da agricultura. No ano seguinte entra no grupo restrito do Politburo com 49 anos.

Ele acabou por chegar à liderança da URSS aos 54 anos, na sequência da morte de Konstantin Chernenko e ficou à frente de um país esgotado pela Guerra do Afeganistão, pela corrida armamentista com os Estados

Unidos, e enfrentando graves dificuldades pela queda do preço do petróleo. A Rússia já era então uma grande exportadora.

Em início de mandato, cabe-lhe também lidar com o mais grave acidente nuclear: o desastre na Central de Chernobyl, na Ucrânia, ocorrido depois do acidente da noite de 25 de abril de 1986, cuja radioatividade se espalhou pela Europa.

Seu nome será sempre lembrado pelas políticas de denominadas Glasnost e Perestroika. A Glasnost – “transparência” – implicava o reconhecimento da liberdade de expressão e de associação. A Perestroika – “reconstrução” – dizia respeito ao conjunto de políticas econômicas de cunho liberal.

Gorbachev suspendeu ensaios nucleares, foi o proponente da “opção zero” sobre armas nucleares, apresentada ao então presidente dos EUA, Ronald Reagan, que a recusou. Apesar disso, Gorbachev insiste no desarmamento até que consegue, em 1987, alcança um acordo para redução pela metade nos arsenais nucleares. Em 1990, ganha o Prêmio Nobel da Paz pelo seu papel no fim da Guerra Fria.

Em 15 de maio de 1988, anuncia a retirada das forças militares soviéticas do Afeganistão. Depois de um longo conflito, as tropas saem finalmente do país no ano seguinte. Em 1989, a queda do muro de Berlim, marca o momento da mudança que percorria o leste europeu.

Ele deixa em seguida o poder, com a queda da própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O processo interno que conduz à dissolução passou pela criação de uma Assembleia Legislativa com dois terços eleitos por sufrágio direto. Pela primeira vez eram autorizados candidatos da oposição ao PCUS que ganha com uma maioria avassaladora,

88%, mas são os conservadores no seio do partido que estarão em maioria no órgão.

Em março de 1990, uma reforma constitucional cria o papel de presidente da URSS, cargo que ele próprio desempenharia até deixar de existir. É quando Boris Ieltsin surge como alternativa. A Rússia adota uma política de soberania, apesar de no referendo de 17 de março de 1991 a manutenção na URSS ter ganho por ampla maioria (76%). Em junho de 1991, Ieltsin ganha a presidência da entidade russa que pertencia ainda à URSS com 57% dos votos.

Em agosto, acontece o golpe da linha dura do PCUS anti-Gorbachev para tentar deter a assinatura do tratado de uma nova União que iria substituir a URSS. Enquanto Gorbachev está em prisão domiciliária na casa de verão, Boris protagoniza a oposição. O golpe acaba por falhar e supostamente Gorbachev poderia retomar as suas funções.

As atividades do Partido Comunista da Rússia seriam suspensas e em novembro o PCUS é dissolvido. A Comunidade de Estados Independentes substitui a URSS em 21 de dezembro de 1991. Quatro dias mais tarde Gorbachev demite-se de presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que deixa de existir.

Gorbachev, celebrado no mundo ocidental, acaba por ser uma figura irrelevante politicamente no seu país apesar de várias tentativas de criação de partidos, movimentos e outras iniciativas. Em junho de 1996 é candidato à presidência da República da Federação da Rússia. Obteve apenas 0,5% dos votos.

Muitos na Rússia o culpam pela profunda crise econômica ocorrida com o colapso soviético e pela redução de status de superpotência do bloco soviético. •

BIDEN ALERTA PARA RISCO À DEMOCRACIA

O presidente Joe Biden voltou a atacar o adversário republicano Donald Trump, alertando os Estados Unidos para os ataques feitos aos valores democráticos da Nação por forças extremistas leais ao ex-presidente. Na Filadélfia, Biden fez um discurso no horário nobre para definir as eleições de meio de mandato como uma “batalha pela alma da nação”.

Ele culpou seu antecessor por alimentar negacionistas que não aceitam o resultado das eleições de 2020, aumentando o clima de ódio que divide os Estados Unidos pela violência política. Ele lembrou que nem todos os republicanos abraçam o extremismo, mas advertiu que defender a democracia exigiria rejeitar Trump.

“Donald Trump e os republicanos do MAGA [Fazer a América grande novamente] representam um extremismo que ameaça os próprios fundamentos de nossa República”, disse o presidente dos EUA. “Não há dúvida de que o Partido Republicano hoje é dominado, dirigido e intimidado por Donald Trump e os republicanos do MAGA”, acrescentou. “E isso é uma ameaça para este país”.

Falando para várias centenas de espectadores sentados em frente ao Independence Hall, na Filadélfia, onde nasceram as instituições políticas do país, e a poucos passos do Sino da Liberdade, Biden deixou claro que acredita que a violência política e a negação eleitoral adotadas pelo ex-presidente e seus aliados prejudicaram a reputação da América no exterior. •

Iconographia



2 de setembro de 1968

DITADURA USA DISCURSO PARA BAIXAR AI-5

O deputado Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) da Guanabara, sobe à tribuna em 2 de setembro de 1968 para um discurso-denúncia dos abusos praticados pelos órgãos de segurança da ditadura militar. O jornalista e autor do livro "Torturas e Torturados" pediu aos pais que não permitissem que os filhos desfilassem no Sete de Setembro ao lado de militares "carascos" e que as moças não dançassem com cadetes no Baile da Independência daquele ano.

O discurso foi feito em protesto contra ações militares nas universidades de Brasília e de Minas Gerais. Foi muito radical. Pregava o boicote a comemorações como a do Dia da Independência. E todo o desprezo pelos militares, chegando ao ponto de dizer que as moças não deveriam namorar e nem dançar com cadetes ou jovens oficiais. Os militares reagiram tornando a dita-

dura um longo tormento.

O discurso teve pouca repercussão, mas os ministros militares o consideraram uma ofensa às Forças Armadas. Em 12 de setembro, o procurador-geral da República, Décio Miranda, solicita ao Supremo Tribunal Federal (STF) a cassação do mandato do deputado, por "uso abusivo do direito de livre manifestação e pensamento e injúria e difamação das Forças Armadas".

Para abrir o processo contra Márcio, o STF teve de pedir licença à Câmara dos Deputados, conforme determinava a Constituição. A resistência da maioria dos parlamentares, incluindo boa parte da bancada da Arena, abriu uma crise política. A licença para o processo de cassação seria negada pelo plenário em 12 de dezembro, servindo de pretexto ao fechamento do Congresso e à edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) no dia seguinte.

7 de setembro de 1995

CNBB PROMOVE O PRIMEIRO GRITO DOS EXCLUÍDOS NO PAÍS

A primeira edição do Grito dos Excluídos acontece em 7 de setembro de 1995. As marchas tomaram as ruas em 170 cidades brasileiras, num movimento iniciado pelas pastorais sociais da Igreja Católica. Naquele ano, o grito dialogava com o tema da Campanha da Fraternidade: "Fraternidade e os Excluídos".

A marcha foi organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em conjunto com diversas organizações sindicais e reuniu trabalhadores eromeiros, além de ativistas sociais. A caminhada tem como lema "Vida em Primeiro Lugar" e busca chamar atenção para o problema da desigualdade, tornando visível a face dos ignorados pela sociedade e buscando alternativas para a inclusão social.

"Entre as motivações que levaram à escolha do dia 7 de setembro para a realização do Grito dos/as Excluídos/as está a de fazer um contraponto ao Grito da Independência. [...] Ele brota do chão, é ecumênico e vivido na prática das lutas populares por direitos", diz o documento que narra a história do evento.

Em 2022, o 28º Grito terá como mote "Brasil: 200 anos de (in)dependência. Para quem?"



4 de setembro de 2003

COTAS RACIAIS SÃO ADOTADAS NA UERJ

Em 4 de setembro de 2003, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro decreta lei destinando 20% das vagas nas universidades estaduais para negros e negras e 20% para estudantes da rede pública. Um importante passo era dado rumo à democratização do ensino superior brasileiro.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tornou-se, assim, a primeira instituição pública de ensino superior no Brasil a adotar o sistema de cotas raciais e sociais. Naquele mesmo ano já se matricularam ali os primeiros estudantes admitidos dessa forma.

As cotas raciais surgiram nos Estados Unidos na década de 1960 como política afirmativa, com o objetivo de reduzir a desigualdade socioeconômica entre negros e brancos.

No Brasil, elas ganharam visibilidade a partir da década de 2000, quando universidades e órgãos públicos, por pressão de movi-

mentos sociais, passaram a adotar tais medidas em vestibulares e concursos. Em 1997, apenas 2,2% de pardos e 1,8% de negros entre 18 e 24 anos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil.

Após a implementação das cotas na Uerj, movimentos sociais e estudantis do país inteiro reforçariam as mobilizações por políticas afirmativas em universidades.

A Universidade de Brasília (UnB) seria a primeira instituição federal a implementar o sistema de cotas raciais, no segundo semestre de 2004. As cotas no ensino superior seriam então adotadas por muitas outras universidades, culminando com a aprovação, em 2012, da Lei de Cotas, que determina a adoção da medida para universidades públicas em todo o país.

Dez anos após o início da aplicação das cotas, o número de estudantes negros no ensino superior triplicaria.

Outras datas históricas

04/09/1850: Promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico de escravizados. Sua promulgação é relacionada, sobretudo, às pressões britânicas sobre o governo brasileiro para a extinção da escravidão no país.

03/09/1931: Nasce, no Cairo, Egito, **Samir Amin**, economista marxista.

03/09/1940: Nasce em Montevideo, no Uruguai, **Eduardo Galeano**, um dos mais influentes escritores e jornalistas da América Latina.

03/09/1947: Nasce em São Paulo, **José Ibrahim**, líder sindical e político, responsável por organizar os primeiros atos de greve durante o regime militar no Brasil no ano de 1968. Foi fundador do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores e da Força Sindical.

04/09/1945: Nasce em Fortaleza, no Ceará, **Tito de Alencar Lima**, frade católico e alvo de perseguição da ditadura militar após ser fichado pela polícia devido a sua participação em um congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes, em 1968.

04/09/1968: Militantes da ALN e MR-8 sequestram o embaixador dos EUA, Charles Elbrick, e conseguem libertar 15 presos políticos.

02/09/2011: Realizado em Brasília o 4º Congresso Nacional do PT.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



PASSADO DE GLÓRIA Os foliões desfilam na Avenida Paulista no longínquo carnaval realizado em 1918

A ELITE PAULISTA DESNUDADA

“Roupa Suja”, livro do escritor Moacyr Piza, faz caricatura impiedosa dos donos do poder político na República Velha. A obra tem posfácio de Bóris Fausto e resgata o Brasil do século passado

Bia Abramo

Mas as vozes perdem-se, abafadas pelas ondas sonoras que a orquestra, no salão próximo, expande, na execução batucada d' 'O passo do jocotó'. Terpsícore domina, eletriza os bailarinos. Dança o sr. Luís Fonseca. Dança o sr. Casimiro da Rocha. Dança o sr. Rodolfo Miranda, esforçando-se penosamente para adaptar à cadência repinica-da do maxixe o passo obsoleto da mazurca. Dança a Comissão Diretora. Dança o presidente, com delícia".

A cena se passa num festa de gala no Palácio do Ipiranga para comemorar a Proclamação da República. O "presidente", no caso, era Washington Luís, então chefe do governo de São Paulo.

Quem descreve a cena é o escritor e advogado Moacyr Piza (1991-1923) num livro chamado "Roupa Suja", apresentado pelo seu autor como "uma polêmica alegre, onde se faz o panegírico de alguns homens honrados da política republicana".

É um retrato da elite paulista da chamada República Velha então dominada pelo Partido Republicano Paulista, que representava as oligarquias de boa parte do Sudeste, principalmente os fazendeiros de café. O PRP, além de ter eleito quatro presidentes do Brasil – Campos Salles, Rodrigues Alves, Washington Luis e Júlio Prestes –, tinha muita força no estado.

Piza também era ele mesmo um homem da elite. Filho de fazendeiro, veio como estudante para a cidade de São Paulo e foi na Faculdade de Direito que começou a circular pelos meios literários. Nas primeiras décadas do século 20, a faculdade situada no Largo de São Francisco preparava os moços ricos para assumir a condução dos negócios do Estado e da vida eco-

nômica. Ao mesmo tempo, era um dos epicentros da vida intelectual, literária e boêmia da cidade. Foi a partir da faculdade que Piza começou a se destacar como literato, publicando poemas satíricos e outros textos nas diversas revistas e pasquins da Belle Époque.

Em "Roupa Suja", o escritor entra na polêmica para ridicularizar a prepotência do PRP no governo do Estado e em suas práticas duvidosas para se manter no poder. O mote foi a tentativa do partido de fraudar o resultado das eleições municipais em Capivari, cidade na região de Campinas, fazendo o uso da força pública. O caso foi parar na Justiça e Piza foi chamado de "alma de esgoto" no processo por Júlio Prestes, cacique do PRP e então protegido de Washington Luís.

Ao que parece, o xingamento desencadeou alguns dias de fúria em Piza, que retratou a "cor-te" de Washington Luís com um humor feroz e muitas considerações desabonadoras sobre o comportamento político e ético do líder político.

Com imaginação vívida, o escritor desfia um rosário de cenas ridículas, comentários ácidos e insinuações desairosas sobre a vida privada dos políticos num fôlego só.

Obra original, "Roupa Suja" transcende o interesse do pesquisador ou do historiador. Com uma escrita sem pudores, Piza descreve vícios dos homens do poder – a ganância, a indiferença com a coisa pública, a dupla moral, o puxa-saquismo – que, sabemos, continuam a vicejar. O volume tem posfácio do historiador Boris Fausto, que também é responsável pela indicação editorial. •

Roupa Suja. Polêmica alegre

Moacyr Piza

Editora Chão

200 páginas

Preço sugerido: R\$ 59

AUTOR GANHOU PROJEÇÃO E UM FINAL TRÁGICO

Elias Thomé Saliba

O pequeno livro é um raro testemunho, dentre muitos escritos esquecidos, da história brasileira das duas primeiras décadas do século 20. As razões do esquecimento são muitas, a maior delas talvez pelo fato de o autor, Moacyr Piza, no mesmo ano da publicação, envolver-se no dramático assassinato de sua ex-amante, Nenê Romano, seguida do seu próprio suicídio. Chocante na época, a fama do episódio superou a do livro – e talvez tenha repercutido muito mais do que toda a obra satírica do autor.

Sátira polêmica, com alvos explícitos da cena política da época, "Roupa suja" revela faces pouco generosas das oligarquias, acompanhando a maré de publicações de escribas obscuros como José Agudo, Hilário Tácito, o próprio Moacyr Piza, Juó Bananére, Ivan Subiroff e o caricaturista Voltolino – alguns deles engajando-se em periódicos como "O Pirralho", "O Queixoso", "O Parafuso" e outros pasquins da cultura cômica paulista daquele período.

Piza juntou-se a essa fila de pândegos contumazes e esteve no centro das dissidências do PRP, replicando lances hilariantes: a traquinada de um baile festivo, no qual todos os chefes perrepistas dançam maxixe; ou a farsa da Escola do partido em pleno dia de formatura, dirigida por um Washington Luís travestido em burlesco diretor de circo. Poucos escapam da pena incontrolável de Piza. •



40 ANOS DO 'CAVALO DE PAU', DE ALCEU VALENÇA

Olímpio Cruz Neto

O ano de 1982 é um marco na Música Popular Brasileira. Foi um ano de grandes discos de artistas nacionais, do "Extra", de Gilberto Gil, a "Cores e Nomes", de Caetano Veloso, passando por "Asa Morena", de Zizi Possi. Mas um dos grandes álbuns daquele ano é o incrível "Cavalo de Pau", de Alceu Valença, lançado pela Ariola.

Este é um dos grandes álbuns de todos os tempos do consagrado artista pernambucano, que começou a vida como jornalista, formou-se em Direito, mas ganhou a vida mesmo como cantor tornando-se um dos grandes ícones da MPB. É neste disco que estão alguns dos grandes clássicos de Alceu, como "Morena Tropicana", "Pelas ruas que andei", "Como dois animais" e "Martelo alagoano".

O álbum estourou em todo o país e vendeu inacreditáveis 1 milhão de cópias. É o oitavo dis-

co do cantor, que havia estourado nacionalmente em 1980 com "Coração bobo" e conseguiu se colocar como uma das grandes estrelas da música brasileira a partir de então. De São Bento do Una para o mundo!

Compactos estouraram – "Tropicana" (Alceu e Vicente Barreto), "Pelas ruas que andei" (Alceu e Vicente) e "Como dois animais" (Alceu) tocavam em todas as FMs do país – e mostram como Alceu fez um disco de grande apuro popular, bom gosto estético, renovando a MPB com pitadas de música tradicional nordestina – como forró, maracatu e frevo –, além de rock e reggae.

A gama de ritmos regionais, como baião, coco, toada, caboclinhos e embolada e repentines cantados com bases rock'n'roll são um achado. O disco é ainda hoje uma obra que permanece inalterado no tempo, soando com um frescor como se tivesse sido gravado ontem por alguma banda pop brasileira. A canção Maracatu foi feita por Alceu em cima da letra de Ascenso Fer-

reira, genial poeta e folclorista pernambucano que integrou o grupo modernista nos anos 20 e falecido em 1965.

Com produção de Marco Mazzola, então diretor artístico da Ariola, e Sérgio Mello, as composições acabaram tendo um tratamento especial. São oito faixas, mas a gravadora, na época, temia que não vendesse nada. O próprio Mazzola chegou a pedir a Alceu que gravasse mais quatro faixas. O que não aconteceu. "Eu não tinha mais canções. Eu disse: é isso aqui", lembra.

Alceu colocou um time de primeira linha para gravar as canções nos estúdios Sigla, da Som Livre, no Rio de Janeiro: Jaques Morelenbaum, Repolho, Jorge Degas, Wilson Meirelles, Paulo Rafael, Jurim Moreira, Severo, Zé da Flauta e o próprio Alceu. Estourado no Brasil, naquele mesmo ano ele iria à Suíça para se apresentar no Festival de Montreux. E ainda foi à Holanda gravar outro álbum, "Mágico" (1984). Mas aí é outra história. •

BICENTENÁRIO

1822 2022



**DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20
anos

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
Documentação e
Memória Política
Instituído em 2001



A LUTA CONTRA O FASCISMO

Organização:

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Chico Diaz • Dilma Rousseff •
Fernando Haddad • Frei Betto
• Izabella Teixeira • João Manuel
Cardoso de Mello • Luis Nassif
• Luiz Carlos Bresser-Pereira •
Marilena Chaui • Paulo Betti
• Rogério Cerqueira Leite •
Silvio Almeida • Tereza Cristina

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-luta-contr-o-fascismo/



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores